



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 7ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015

Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.265/2015; aprovação; declaração de voto; questão de ordem; declarações de voto; questão de ordem; declaração de voto – Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.265/2015; aprovação; declaração de voto; questão de ordem; registro de presença; declarações de voto – Requerimento do deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do deputado Rogério Correia; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; questão de ordem – Requerimento do deputado Gustavo Valadares; deferimento; discurso do deputado Bonifácio Mourão – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes - Hely Tarquínio - Braulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Jorge - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Arlete Magalhães - Arnaldo Silva - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Celise Laviola - Cristina Corrêa - Dalmo Ribeiro Silva - Dirceu Ribeiro - Douglas Melo - Doutor Jean Freire - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Emidinho Madeira - Fábio Avelar Oliveira - Fábio Cherem - Felipe Attiê - Fred Costa - Geisa Teixeira - Geraldo Pimenta - Gil Pereira - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ione Pinheiro - Iran Barbosa - Isauro Calais - Ivair Nogueira - João Alberto - João Leite - Léo Portela - Luiz Humberto Carneiro - Marília Campos - Missionário Márcio Santiago - Noraldino Júnior - Nozinho - Professor Neivaldo - Ricardo Faria - Roberto Andrade - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Thiago Cota - Tiago Ulisses - Tito Torres - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Inácio Franco, 2º-secretário *ad hoc* procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.



Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.265/2015, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2015 e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Antonio Lerin - Arlete Magalhães - Arnaldo Silva - Bonifácio Mourão - Cabo Júlio - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Cristina Corrêa - Dalmo Ribeiro Silva - Dirceu Ribeiro - Douglas Melo - Doutor Jean Freire - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fábio Cherem - Felipe Attiê - Geisa Teixeira - Geraldo Pimenta - Gil Pereira - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - João Alberto - Léo Portela - Luiz Humberto Carneiro - Marcio Santiago - Marília Campos - Noraldino Júnior - Nozinho - Professor Neivaldo - Roberto Andrade - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Thiago Cota - Tiago Ulisses - Tito Torres - Tony Carlos - Wander Borges.

O deputado João Leite – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Agostinho Patrus Filho – Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, gostaria de parabenizar V. Exa., pois, ao contrário do partido que apoiou na campanha de 2104, dá demonstração de como devem se pautar os administradores de recursos públicos. Graças a sua gestão, à redução de gastos, V. Exa. consegue atender aos servidores desta Casa com um reajuste adequado, digno deles, que tão bem desempenham seu papel nesta Casa. Aproveito e chamo atenção sobre um assunto, como disse inicialmente. Nas eleições de 2014, o partido de V. Exa. apoiou o partido do governador, do Fernando da Dilma, o Fernando Pimentel, da Dilma. O partido de V. Exa. apoiou também a candidatura da presidente Dilma. Para infelicidade dos mineiros, o atual governador foi eleito. Logo no início do seu mandato, ele já fez algo contrário ao que V. Exa. vem implementando nesta Casa, que é a boa gestão dos recursos públicos e a aplicação em prol do cidadão. O Fernando do Vaccari, do PT, procura beneficiar apenas seus companheiros políticos, deputado Duarte Bechir. Cria mais secretarias, gasta mais com a máquina pública e menos com o cidadão. Alerto todos os deputados e deputadas presentes para lerem hoje um artigo publicado na mídia por um grande jornalista, que comenta ter sido ontem um dos piores dias, até o momento, do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Ele disse que não é exagero, mas que foi, deputado Tito Torres, um dos piores, porque o governo amargou 7 pontos em 12 horas. Vou citá-los. Em primeiro lugar, foi adiado o início da votação da Medida Provisória nº 665, do ajuste fiscal. Em segundo lugar, presidente, o partido de V. Exa., o PMDB, que apoiou a presidente da República, anunciou, por meio do seu líder, que não tem mais compromisso algum de aprovar o ajuste, devido às posições do PT. Terceiro, por sua vez, deputado Gustavo Valadares, o PT se recusou a garantir os votos dos seus 64 deputados para a aprovação do ajuste fiscal. Quarto, a Câmara dos Deputados, sob a liderança do deputado Eduardo Cunha, do partido de V. Exa., presidente, aprovou em definitivo a proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC da Bengala, que vai impedir a presidente da República de nomear cinco novos ministros para o Supremo Tribunal Federal. Em quinto lugar, como também noticiam os jornais de hoje, um grande painel de recepção, em 18 capitais, o programa de propaganda eleitoral do PT na rádio e na televisão. Deputado Fábio Cherem, na CPI da Petrobras, Paulo Roberto Costa, ex-diretor da empresa, disse que o dinheiro da corrupção alimentou a campanha da Dilma em 2010 e apontou a política do governo de defasagem do preço dos derivados de petróleo como o principal responsável pelo prejuízo de R\$60.000.000.000,00. Terminando, presidente, em depoimento à Justiça Federal do Paraná, Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras e incluído na Operação Lava Jato, revelou que foi convidado para o cargo pelo ex-presidente Lula e pela sua ex-ministra Dilma e negou que o partido de V. Exa., o PMDB, teve algo a ver com isso. Por fim, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea – assumiu que cerca de 35 mil a 40 mil empregos serão extintos e seus funcionários demitidos da indústria automobilística, que atravessa a maior crise do setor, graças às políticas econômicas do atual governo. Quero parabenizar V. Exa. pela direção e pelo trabalho que realiza nesta Casa, ao fazer economia. Tenho a certeza de que, em breve, o partido de V. Exa., que apoiou a presidente Dilma, também vai romper com o governo estadual e estará ao nosso lado, em prol dos mineiros.

Questão de Ordem

A deputada Celise Laviola – Presidente, cumprimentando as deputadas e os deputados, gostaria de parabenizar esta Casa e dizer da importância do projeto aprovado hoje para os servidores desta Assembleia. Como servidora que sou, gostaria de deixar claro o meu apoio aos colegas e dizer da sua importância. Quero parabenizar o presidente e toda a Mesa pela iniciativa de recuperar a nossa condição funcional. Fico muito agradecida e peço aos funcionários que nos mantenhamos unidos, para que tenhamos sempre a nossa recuperação, o nosso salário justo, considerando que o nosso trabalho é de destaque. O trabalho que a Assembleia realiza na área administrativa e na área de processo legislativo é destaque em todo o Brasil. A nossa Assembleia realiza um trabalho técnico muito importante, e seus servidores estão muito preparados. Então nós – digo nós, porque sou servidora também – merecemos o que alcançamos aqui hoje. Obrigada.

Declarações de Voto

O deputado Fábio Cherem – Presidente, quero parabenizar V. Exa. pela condução da negociação com os servidores da Casa, na mesma linha que o governador Fernando Pimentel tem feito junto aos servidores do Estado, em especial a favor da educação. Todos



nós que estamos nesta Casa há mais de um mandato, podemos vivenciar a dificuldade do Estado diante dos 107 dias de greve sofridos pela população mineira na última gestão, quando, infelizmente, não houve ponte de negociação. Ao recordar, na mesma linha de negociação, passamos perto daquela possibilidade de repressão aos professores, aos servidores da educação do Estado. Diferentemente do Estado do Paraná, onde a repressão atingiu o incalculável, aquilo que não podia ponderar, pela gestão dura do governador Beto Richa, que, aliás, foi premiado com a Medalha da Inconfidência pelo ex-governador Aécio Neves, temos orgulho pela atual condução do governo na negociação com os servidores da educação. Só neste ano chegamos a 16% de aumento em favor dos servidores da educação do Estado, incluindo os inativos. Além disso, esse modelo agora consta em nossa proposta, na proposta do governo, com o reajuste automático, de acordo com o piso concedido pelo governo federal, acrescido de 8% no próximo ano e mais 7% em 2017. Essa conduta de negociação, de diálogo, de transparência junto ao servidor e de boa-vontade e essa disposição do governo de conversar são o reflexo do modo como Fernando Pimentel quer administrar Minas, não ignorando as dificuldades do Estado e sinalizando com honestidade e transparência a evolução dos direitos que têm de ser garantidos aos servidores do Estado paulatinamente, com transparência e tranquilidade. Mais uma vez parabênzo V. Exa. e deixo aqui a nossa confiança e os nossos votos de esperança na gestão do governador, sempre brando, ponderado e disposto a negociar.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente parabênzo V. Exa. pela condução dos trabalhos e também pelo acerto de votarmos hoje, em 2º turno, o projeto dos servidores da Casa. É muito importante que haja essa valorização do servidor. Diga-se de passagem, os melhores servidores do Legislativo do País estão trabalhando nesta Casa incansavelmente. Votei favoravelmente a esse projeto. Parabênzo V. Exa. e todos aqueles que também votaram em favor dos nossos servidores. Sr. Presidente, também quero registrar que hoje estamos iniciando o congresso mineiro dos municípios promovido pela AMM. Amanhã será a posse do futuro presidente, ex-deputado, prefeito Antônio Júlio, do partido de V. Exa. Fizemos muita questão de acompanhar os trabalhos da presidência de Antônio Júlio, todo o seu empenho e dedicação à frente desta Casa. Agora, como prefeito de Pará de Minas, assumirá um cargo com um mandato difícil, a presidência da AMM, que congrega todos os municípios mineiros. Ele será interlocutor junto ao governo do Estado, junto ao governo federal, por ser de sua responsabilidade representar todos os municípios mineiros. Parabênzo nosso amigo querido, ex-deputado Antônio Júlio, que amanhã tomará posse na AMM. E hoje também quero homenagear minha querida terra de Ouro Fino. O prefeito municipal, Maurício Lemos de Carvalho, receberá da AMM o prêmio de gestão pública de aplicação de recursos públicos no município. Isso nos engrandece. O prefeito é do PMDB, e faço questão de, neste momento, afirmar que ele tem realizado uma administração digna de elogios, trabalhando com competência. Quero saudar todo o meu povo de Ouro Fino. Hoje, mais uma vez, quero Ouro Fino no destaque, recebendo essa premiação promovida pela AMM, tendo em vista a gestão pública, seu reconhecimento na conferência de todos os projetos aprovados pela Câmara Municipal e também do trabalho de todos os servidores do administrativo que apresentaram projetos de grande importância. Por isso, hoje estamos recebendo esse prêmio tão importante em Minas. Quero render minhas homenagens ao ex-deputado Antônio Júlio, que tomará posse na AMM, desejando-lhe muito sucesso. Na pessoa do prefeito, Maurício Lemos de Carvalho, parabênzo meu querido Município de Ouro Fino, toda a nossa Câmara Municipal e toda a população pela premiação que será recebida no final da tarde de hoje. Obrigado.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, em nome do líder do bloco Verdade e Coerência, em nome do líder da Minoria, faço a V. Exa. e aos demais pares um convite para a inauguração do espaço agora dedicado aos trabalhos da Minoria. Mais que isso, registro que, graças à visão de V. Exa., aquele espaço pôde ser recomendado e organizado para os nossos trabalhos. Quero fazer um depoimento importante olhando para V. Exa. Na vida, as grandes conquistas são, todas elas, fruto da garra e da humildade. E V. Exa. demonstra, além de muita determinação em favor da organização do Legislativo, competência e humildade. São esses requisitos que têm dado à Casa o dinamismo que nela encontramos. Parabênzo V. Exa. e os demais pares pelo trabalho. Neste momento, quero dizer aos servidores da Casa que a bancada do PSD, com exceção do deputado Dr. Wilson, que está se recuperando de uma cirurgia, esteve presente, apoiando a aprovação do projeto de lei que trata do aumento dos servidores do Legislativo. Entendemos que esta Casa vive um momento de união e de fraternidade, que este aumento vem atender a uma antiga busca dos servidores. A Mesa, com sensibilidade, propiciou condições para que aprovássemos o projeto de sua autoria. Cumprimento os servidores do Legislativo, dizendo-lhes que todos os integrantes do PSD foram favoráveis à matéria, com a exceção do Wilson, que se encontrava enfermo. Saúdo o Edson, prefeito de Virgínia, e o Paulo Neco, prefeito de Jesuânia, que aqui se encontram e acompanham os trabalhos da Assembleia. Digo-lhes que nos solidarizamos com eles, compreendendo a situação dos municípios sem receita, que enfrentam muitos problemas. Srs. Prefeitos, os municípios não contam com recursos suficientes para atender às suas demandas. Ser prefeito hoje é, mais que tudo, administrar um prejuízo porque a receita é menor que as necessidades existentes. Parabênzo V. Exas. pelo trabalho que realizam tanto em Virgínia quanto em Jesuânia, demonstrando que a busca de recursos para essas cidades, tanto na capital quanto em Brasília, tem sido uma constante. Presidente, parabênzo V. Exa. pela condução dos trabalhos na Assembleia de Minas. Obrigado.

Questão de Ordem

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, na verdade faço uso da palavra não para declarar o voto, mas para justificar a minha ausência na votação. Não me encontrava no Plenário para a votação mas quero dizer que, no 1º turno, meu voto foi “sim” e não seria diferente no 2º turno. Não me encontrava no Plenário pois tratava de interesses da Casa presidindo a Comissão Especial para Análise do Veto da Reforma Administrativa, juntamente com os deputados Tiago Ulisses e Durval Ângelo. Por essa razão, embora nossa presença tenha sido considerada, não tive o prazer de votar, em 2º turno, essa matéria, mas espero que os servidores da Casa façam bom proveito do justo aumento que V. Exa. lhes concede.

Declaração de Voto

O deputado Antonio Lerin – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar a presidência da Casa por esta importante votação, não de reajuste para os servidores, mas sim de correção salarial. É uma pena que não seja estendida a todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Quero me posicionar neste momento e dirigir minha palavra ao presidente da Assembleia, que mostra dinamismo em relação à maioria dos deputados, mas, infelizmente, não tem tido a mesma conduta quanto a este parlamentar. Eu ligo para o celular da presidência e não sou atendido. Foi assumido o compromisso de se criarem várias comissões na Casa, e



quase todas foram criadas de fato, menos a comissão em relação à qual foi assumido compromisso com o PSB, no começo de fevereiro. Atendi a todos os compromissos firmados com a presidência da Casa, mas, lamentavelmente, já se está chegando a 100 dias, e ainda não foi formada a comissão especial que ficou de ser criada pela presidência da Casa. Quando ligo para cobrar do presidente, sempre a secretária atende, diz que vai retornar e nunca retorna. Quero saber se há alguma dificuldade da presidência da Casa em relação a este deputado. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, V. Exa. se colocou à disposição para ajudar os deputados junto ao governo do Estado, e não estamos sendo atendidos. Quero, de público, ressaltar a atenção do secretário de Governo, Odair Cunha, sua transparência e sensibilidade. Porém, infelizmente, ele não está tendo poder para tomar decisões em nome do governo. Na minha cidade, Uberaba, a Escola para Surdos Dulce de Oliveira, que funciona há mais de 60 anos e é mantida pelos rotarianos da cidade, está para fechar as portas porque o Estado não libera três professores para atender à demanda da instituição. Desde 1984 o convênio do Estado com a escola vem sendo prorrogado. Agora, porém, o governo de Fernando Pimentel suspendeu esse convênio, e a escola, com 60 anos de existência, está para fechar suas portas porque o governo não libera três professores. Em janeiro solicitamos audiência com o governador para tratar de assunto da nossa região, e até hoje não nos foi dada nem satisfação por parte da sua assessoria. Fica difícil manter esse entendimento, a Casa trabalhar em harmonia com o governo do Estado e alavancarmos o desenvolvimento de Minas. Quando um governador não recebe em audiência os deputados, fica difícil manter esse diálogo com a base do governo. Apresentamos uma proposta, porque o Ipsemg não funciona na nossa região. Nosso gabinete está sendo lotado diariamente por servidores que buscam a ampliação de convênios e a melhoria no atendimento, que não existe. O presidente do Ipsemg, Dr. Hugo, esteve no nosso gabinete, colocou-se à disposição e disse que, por volta dos dias 15 e 16 de abril, estaria em Uberaba participando de audiência. Infelizmente, não aconteceu, e nem satisfação nos deu. Sr. Presidente, quero saber se há alguma restrição à população de Uberaba e região, porque a Câmara Municipal de Uberaba votou moção de repúdio ao governador Fernando Pimentel e, por isso, ele não compareceu à abertura da nossa Expozebu, no último domingo, uma feira internacional. Infelizmente, o governador e seus secretários não apareceram. Eu, então, fiz questão, ao lado dos deputados Antônio Carlos Arantes e Bosco, de representar esta Casa na inauguração. Sr. Presidente, amanhã mais de 40 municípios estarão presentes, com seus sindicatos rurais, participando da nossa feira e da audiência pública da comissão de agricultura desta Casa, e gostaria de contar com a presença de V. Exa. para visitar a nossa feira e ajudar a engrandecê-la. Se o governador não se faz presente, esperamos que a presidência da Assembleia Legislativa possa comparecer à maior feira mundial de gado zebu. Muito obrigado, presidente.

Discussão e Votação de Pareceres

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.265/2015 (À sanção.).

Declaração de Voto

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero me referir a V. Exa. e dizer, como deputado de primeiro mandato, que tenho muita satisfação em ser presidido por V. Exa., que tem demonstrado muita integridade e um grande compromisso com esta Casa. Tenho orgulho de ser comandado por V. Exa. e queremos seguir a sua direção. Porém, infelizmente, o governo não tem com esta Casa a mesma consideração e respeito. Espero que o governo tenha em V. Exa. um exemplo a ser seguido. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa., que daqui a pouco inaugura o porãozinho da oposição. O deputado Rogério Correia está reclamando porque V. Exa. está dando uma sala maior para a oposição no porão, onde a oposição irá fazer as suas articulações e trazê-las para esta Casa. Quero também agradecer aos deputados desta Casa que ontem participaram do maior painel que já vimos. Estamos vendo companheiros do PT dizer que é uma fria continuar no partido. O deputado Rogério Correia, depois do painel, teve que tomar dois Lexotans para dormir, porque não aguentou. Não tem como ir ao microfone e falar que isso não aconteceu. Todo o Brasil viu ontem o protesto contra o PT, em que até a presidente teve vergonha do seu partido, como foi muito bem dito pelo deputado João Vítor Xavier. Quero parabenizar todos aqueles que pensam numa política séria no Brasil. Finalizando, quero solicitar, mais uma vez, ao secretário de Desenvolvimento e aos deputados desta Casa algumas providências. Ontem eu falava na cidade de Ubá sobre o desemprego no setor moveleiro, e agora é a cidade de Itabirito que viu o fechamento da Delphi, uma empresa que estava estabelecida na cidade há 20 anos, levada pelo ex-prefeito Geraldo Magno. A Delphi fechou em Itabirito, proporcionando desemprego a quase 3 mil pessoas. Isso começa a pedir uma providência urgente do governo de Minas, governo que não trouxe a Fiat para Minas Gerais. O ministro Pimentel levou a Fiat para Pernambuco e agora está deixando as empresas saírem de Minas Gerais. Itabirito está começando a pedir socorro. Itabirito é uma cidade que tem uma boa arrecadação, um povo hospitaleiro, um prefeito trabalhador, uma câmara atuante, mas, sem dúvida nenhuma, não tem apoio do governo de Minas. O governo de Minas precisa olhar com bons olhos, com outros olhos, para a cidade de Itabirito. E falo da região dos Inconfidentes. A geração de turismo em Ouro Preto é muito importante, mas o governo não vem fazendo a sua parte. Espero que agora a cidade de Itabirito tenha um carinho a mais desta Casa e do governo do Estado, porque precisamos que aquela cidade continue se desenvolvendo. Itabirito agora pede atenção do governo. Quero só lembrar que o governador Pimentel está cancelando e pedindo para rever todos os programas de intenções que foram feitos para as empresas virem para cá. Ele não está seguindo o que o governo passado fez: “Era do PSDB ou de outro partido, no meu partido não vai ser”. Ele tem que se lembrar que é governador de todos os mineiros. Ele é governador para dirigir Minas Gerais e não pode ficar com essa retaliação, revendo tudo em relação às empresas que viriam para cá. Esta Casa sempre fiscalizou, sempre orientou e ajudou o governo. Estamos aqui agora pedindo a colaboração do governo de Minas para as prefeituras, principalmente para a cidade de Itabirito, uma cidade hospitaleira, que sabe receber, uma cidade de homens que realmente trabalham. Muito obrigado a V. Exa. Parabéns a Belo Horizonte, parabéns a Minas Gerais, parabéns ao Brasil pelo protesto feito ontem, o famoso painel. Ontem não foram só 30 segundos, não foi só 1 minuto, foram 10 minutos de painéis sendo batidas. Parabéns a todos os brasileiros que querem, como eu, uma mudança, mas uma mudança geral. Muito obrigado.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de estudantes da Escola Estadual Vinícius de Moraes, de Contagem. Sejam bem-vindos.

Declarações de Voto

O deputado Gustavo Valadares – Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas agradecer o novo espaço que nos foi cedido em nome do Bloco Verdade e Coerência. V. Exa. conhece bem o deputado Alencar e sabe que é um brincalhão quando diz que é o porão da oposição, mas é uma sala excelente, com boas acomodações, à altura do nosso bloco, muito melhor do que a sala que tínhamos antes. É uma sala que nos dá estrutura para desempenhar o papel que a população espera: de fiscalização do Poder Executivo, de cobrança das promessas de campanha. Enfim, queremos, na verdade, agradecer a V. Exa., de forma oficial, pela cessão desse novo local que vai abrigar o Bloco Verdade e Coerência, de oposição. Queremos convidá-lo, ou melhor, convocá-lo para que, assim que encerrarmos esta reunião, V. Exa. vá até lá, pois temos um café e um sanduíche preparado para V. Exa., para que façamos a inauguração oficial da sala do Bloco Verdade e Coerência. V. Exa. tem sido um excepcional condutor desta Casa nesses três meses à frente do seu mandato. Parabéns pelo trabalho e muito obrigado, em nome do bloco de oposição.

O deputado Emidinho Madeira – Quereria apenas que constasse em ata que sou favorável aos dois projetos porque meu voto não foi computado. Quereria que constasse em ata que sou favorável aos dois projetos.

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, agradeço a concessão do art. 70. Prefiro responder às ofensas feitas a mim e ao Partido dos Trabalhadores pelo art. 70 em vez de solicitar a palavra pelo art. 164, mesmo porque não sei mais quando é que se pode responder pelo art. 164. Pedi o art. 164 a V. Exa., deputado Adalclever Lopes, presidente desta Casa, em sessão anterior, mas não fui agraciado para responder às ofensas. Então, não sei quando se pode responder pelo art. 164.

O que tem acontecido aqui é que declaração de voto e questões de ordem não são feitas para os assuntos postos, mas em geral para que setores de oposição nesta Casa destilem o ódio que têm ao Partido dos Trabalhadores e, ao destilarem o seu ódio, não podemos responder pelo art. 164. Depois vou fazer por escrito ao presidente da Casa uma solicitação de esclarecimento do ordenamento real das reuniões. As questões de ordem – repito - não são questões de ordem, como fez agora o deputado Alencar da Silveira Jr. Na verdade, usou seu tempo para fazer ataques ao Partido dos Trabalhadores. As declarações de voto feitas pelo deputado Gustavo Corrêa também não foram declarações de voto, mas ofensas ao Partido dos Trabalhadores. E, quando peço a um membro do Partido dos Trabalhadores ou de outro partido o art. 164, não me é concedido na hora.

Dessa forma fica difícil termos um ordenamento real dos trabalhos nesta Casa, o que leva a uma desigualdade na condução do processo. Por isso preferi pedir um tempo maior pelo art. 70, tanto para que eu possa responder, mas também para deixar para V. Exa. essa questão de ordem. Não podemos continuar com o ordenamento da reunião à mercê do que deseja a oposição, que é fazer ataques ao Partido dos Trabalhadores. Não que eu me incomode com esses ataques. O ódio que o PSDB destila contra o PT é contraproducente em relação à democracia. Um partido tem um horário na tevê, assim como todos, e o PSDB reage batendo panela para não ouvir e não deixar que outros ouçam as palavras que o partido tem a dizer. Isso já aconteceu em várias ditaduras no mundo, e uma delas foi a ditadura de Hitler.

Presidente, então eu dizia que esse ódio que o PSDB tem destilado ao PT não ajuda o sistema democrático, pelo contrário. Quando um partido tem um horário na televisão e outro reage promovendo um panelaço, como fez por exemplo o presidente do PSDB mineiro, o deputado Marcus Pestana, em vez de escutar o que ele tem a dizer, quer impedir que o partido político exponha suas ideias. Quem usou muito disso no passado foi Hitler. A ditadura militar também agia desta forma: só permitia a existência dos partidos políticos que queria, que na época era o MDB e a Arena; outros não podiam existir no Brasil; os movimentos sociais e sindicais foram todos desfeitos.

Então, esse ódio que o PSDB quer travar com uma parcela da sociedade, a chamada pequena burguesia brasileira, não ajuda o sistema democrático. É a panela cheia de ódio do PSDB. É a isso que temos assistido. Apenas lamento, Alencar, que, em vez de respeitar o sistema democrático, o PSDB esteja imbuído do espírito de golpismo, de solicitação de *impeachment*. O senador Aécio Neves, que perdeu as eleições e não aceita o resultado eleitoral até hoje, nem do Brasil nem de Minas, se mostra alguém que, em vez de se refletir no passado da sua família, especialmente no do seu avô, prefere seguir a tradição udenista de setores da sua família, respaldando-se em Carlos Lacerda, que dizia que setores populares não podiam ganhar o governo; que, se ganhassem, não podiam assumir; e que, se assumissem, não podiam governar. Aécio Neves se coloca agora neste contexto da política brasileira. Eu só tenho a lamentar que um partido político incentive o ódio, e não o debate democrático.

O nosso nobre colega Alencar da Silveira Jr. é muito brincalhão, mas não se deve brincar com essas coisas, deputado. Democracia é coisa séria, e esse espírito antidemocrático é um desserviço ao nosso país. Então repudio os atos antidemocráticos do PSDB, mais uma vez feitos no Brasil com ódio e intolerância, e que são próprios da classe do setor do pequeno burguês em todo o mundo.

Aliás, no Brasil, esse ódio tem-se aguçado. São as pessoas dessa classe que pediram para bater panelas porque não querem ouvir o que o PT tem a dizer sobre o que fez para os mais pobres no Brasil. Elas querem calar a voz de um partido que mudou o Brasil, fez políticas sociais, diminuiu a inflação, gerou empregos, colocou negros e pobres nas universidades, tirou 40 milhões de pessoas da miséria, fez mais igualdade social no Brasil, aumentou o PIB e estancou o processo de privatária e privatizações. Esse partido, que tanto fez pelo Brasil, agora é atacado pelas suas qualidades, e não pelos seus defeitos, porque todo partido também tem defeitos. Todos os partidos, assim como o sistema democrático, têm defeitos.

Por falar em defeito, um defeito é receber financiamento de empresas, o que gera corrupção e distorções no sistema democrático, e o que o PT deseja é acabar com essas distorções, mas o PSDB se apresenta como inimigo nesta hora. O PSDB deveria aliar-se ao PT para colocar fim a esse problema e colocar o dedo na ferida da corrupção, e não ficar batendo panelas. É uma atitude antidemocrática, mas as panelas da pequena burguesia não me incomodam porque são cheias de ódio. Aliás, o pequeno burguês é aquele que acha que um dia será burguês. O sonho dele é virar burguês, ser rico e proprietário de indústria. Ele acha que um dia conquistará isso, mas não tem a menor chance. Além disso, o pequeno burguês tem horror ao pobre quando vê que o pobre está chegando à escola da filha dele por intermédio do ProUni ou quando o pobre se assenta ao lado dele em um avião. O pequeno burguês não se conforma e joga a culpa



no PT: “É o PT que está trazendo esses pobres”, como se ele estivesse empobrecendo. Mas ele não está empobrecendo; é o pobre que está alcançando um poder de compra maior, o que afeta o ego do pequeno burguês, que acha que um dia será burguês. É isso.

Essas são as panelas cheias de ódio, e o PSDB se distancia da sua origem que se dizia social-democrata para se aproximar perigosamente da direita e flertar com o fascismo. Flertar com aqueles setores do Bolsonaro, como está fazendo o senador Aécio Neves. É lamentável flertar com os setores mais conservadores, fascistas e homofóbicos. Deputado Hely Tarquínio, é com essa turma que o PSDB tem flertado hoje. Começaram a se enamorar com os setores da ultradireita da sociedade e a trazer a pequena burguesia para perto de si, em vez de se livrar dela. Aliás, conheço tucano da essência tucana, isto é, do início do PSDB, que repudiou isso, e sei que existem aqui deputados do PSDB que concordam com o que estou dizendo. O senador Aécio Neves, ao perder a eleição e ao ter tanto ódio transferido para a política, agora se agarra a setores conservadores, reacionários e neofascistas da sociedade, como é o caso do Bolsonaro, do Caiado e de tantos outros que têm ódio do MST. É lamentável, triste ver deputados desta Casa colocando uma forca no pescoço para insinuar que o João Pedro Stédile precisa ser enforcado. Isso é política de ódio a um setor social, ao MST. E não é bonito.

Por fim, ao mesmo tempo, esse grupo também não repudia o que vimos acontecer no Paraná. Vocês viram o que aconteceu no Paraná? Não vi a pequena burguesia nem o PSDB baterem panelas contra o massacre que a Polícia Militar fez contra as professoras indefesas do Paraná. Estive lá ontem representando a Assembleia Legislativa e gostaria de agradecer ao presidente Adalclever Lopes o apoio que me deu para representar a Assembleia. Fui prestar solidariedade aos professores; foram 2 horas de bomba.

O governo municipal, que lá é do PDT, o Gustavo Fruet – e a vice é do PT –, abriu a prefeitura e recebeu 150 feridos na hora. A prefeitura virou pronto-socorro de professores, enquanto o palácio do governo, do Beto Richa, do PSDB, foi fechado. Bombas vieram de helicóptero massacrando os professores; as bombas vieram de helicóptero. Quem é o secretário de Segurança Pública de lá? O Francischini, aquele deputado federal do Solidariedade, neofascista, amigo do Caiado e do Bolsonaro. É isso que ele é. O PSDB o levou para ser secretário de segurança e deveria ter vergonha disso. Ele deu a ordem para que os professores fossem agredidos daquela forma. Foi impressionante. As professoras choravam ao lembrar o acontecido. E depositaram flores em frente à Assembleia Legislativa, fechada por outro deputado do PSDB, que, na marra, votou um projeto retirando o recurso do Fundo de Previdência dos Servidores.

Foi isso que aconteceu no Paraná. Cadê as panelas que não foram batidas em favor dos professores e contra o ato autoritário feito no Paraná? Contra isso não tem panela. Cadê as panelas que não batem porque o mensalão mineiro não vai para a frente, e Eduardo Azeredo nunca é punido, se formos falar de corrupção? Cadê as panelas que não batem porque Furnas não é investigada? E já entregamos tudo do senador Aécio Neves. As panelas são seletivas, são panelas de ódio, da pequena burguesia. Elas são contra os trabalhadores; não são panelas democráticas, que protestam em favor de algo; são contra algo que os trabalhadores e os mais pobres conquistaram. Tenho vergonha dessa pequena burguesia e – repito – envergonho-me de deputados que, como o Pestana, presidente do PSDB, produzem ódio na sociedade. E repito que o ódio desse setor pequeno burguês é porque o negro está indo à universidade; o pobre está entrando no avião; o pobre e o nordestino estão indo à praia, e não apenas a pequena burguesia.

Vejam: estou falando da pequena burguesia, e não da classe média, que é um conceito diferente. Classe média todos somos. Estou falando da pequena burguesia, daqueles que acham que um dia serão burgueses. Aí ficam contra o povo, os pobres, para usar o conceito marxista da palavra.

É estranho que o PSDB largue completamente a sua origem e vá aderir a esse conservadorismo, a esse processo antidemocrático. Acho isso lamentável. Com isso crescem os movimentos neofascistas, de *impeachment*, de golpe. Outro dia, passava pela Avenida Raja Gabaglia e vi três pessoas com uma faixa: “Volta a ditadura militar”. Fechei o vidro, porque não quis nem ouvir uma pessoa que quer a volta do regime militar. Isso é democrático? Não é nada democrático. É pedir o retorno da antidemocracia, a perseguição dos que opinam diferentemente. O que tenho visto na Assembleia Legislativa por parte dos deputados da oposição - não são todos, quero fazer essa ressalva – é esse ódio ser também aqui espelhado. Então, os ataques fortuitos e gratuitos a partidos políticos, especialmente ao PT, faz parte dessa teoria do ódio, das panelas cheias de ódio. Mas as panelas dos mais pobres estão cheias, por isso eles as batem. Vocês viram panelas serem batidas no Pindorama, no Barreiro, em Venda Nova, na periferia de Belo Horizonte? Lá não bateram panelas, porque o povo sabe que o PT melhorou muito o Brasil do ponto de vista social. Ele fez reformas importantes, como o Bolsa Família. Aliás, o setor da pequena burguesia não concorda com esse programa. Eles nem querem o Prouni. Eles, do DEM, entraram, no STF para terminar com a cota para negros, lembram-se disso? Se é política para pobres, eles não querem.

Então, presidente, ocupei a tribuna para, em primeiro lugar, deixar claro que o que me incomoda não são as panelas de ódio da pequena burguesia, mas sim partidos políticos que, no campo democrático, em vez de enaltecer a democracia, as diferenças e os pensamentos distintos, colocam-se como atores de um processo antidemocrático e flertam com o neofascismo que cresce no mundo e no Brasil. Pediria aos deputados mais tolerância e menos ódio para fazermos um debate político de qualidade.

Sr. Presidente, pedi um tempo maior, pois gostaria de adentrar em outro assunto, pelo qual fiquei responsável aqui na Assembleia Legislativa, como tarefa dada pelo governo Fernando Pimentel. Como líder do bloco, digo que a tarefa a mim concedida foi de aproximar ou de tentar mediar a relação entre governo e servidores públicos, que, agora, em maio, têm a sua data-base. Anuncio que temos obtido sucesso. Houve uma greve da Fhemig, da Asthemg, que hoje terminou com reivindicações parcialmente atendidas. Eles agradeceram a mediação feita na Assembleia Legislativa. Houve diálogo, e não haverá corte de ponto nem punição. Os trabalhadores da Fhemig retornarão ao trabalho com uma pauta salarial definida satisfatoriamente, mas não integralmente, com acordo para os próximos anos com o setor da saúde. Daqui a pouco concederei aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr., para que eu não perca o raciocínio.

Em agosto será apresentado, aos sindicatos da saúde, um plano de carreira, restabelecendo um acordo mais duradouro com esses servidores em geral. Esse novo plano, a ser apresentado em agosto, prevê também uma redução de jornada para os trabalhadores da saúde. Ele será apresentado em agosto para que seja estabelecido um planejamento de quatro anos com esse setor.

Fizemos várias mediações com o setor da segurança pública, de agentes penitenciários. Todos que passaram no concurso foram chamados, e, em relação ao outro concurso, de 2012, haverá uma protelação dos atuais servidores do sistema de agente penitenciário. Posteriormente, outros serão chamados por concurso a ser negociado com esse setor. A discussão foi boa e contou com a ajuda do deputado Cabo Júlio, que está responsável por isso, e também do deputado Sargento Rodrigues, que mesmo sendo da oposição também está nos ajudando nesse procedimento. Fizemos um acordo com o procedimento administrativo da Secretaria de Defesa Social, que, hoje, selou um acordo com o governo.

Deputado Alencar da Silveira Jr., antes de lhe conceder um aparte, gostaria de falar da educação. Muito diferente do que foi no passado e muito diferente do que foi no Paraná, em São Paulo e no Pará, três estados governados pelo PSDB que estão em greve, estamos em um procedimento real de negociação com o Sind-UTE, sindicato combativo. As negociações não são fáceis, pois o Estado está quebrado, e todos sabem que o Aécio quebrou Minas Gerais, deixando R\$100.000.000.000,00 em dívidas. Além disso, deixou R\$7.200.000.000,00 de rombo orçamentário. Mesmo assim, o governo garante aos professores, o que garantiu também no orçamento, nenhum corte no setor de educação. Além disso, iniciou um processo de debate e negociação com os professores.

Não detalharei toda a proposta, pois o Sind-UTE, na assembleia passada, remeteu às bases do sindicato dos professores a análise da proposta apresentada. Para que os deputados tenham uma ideia, informo que o governo oferece um reajuste de 13,06%. Onde está o deputado Lafayette de Andrada, que pediu 13,01%? Este ano, oferecemos 13,06% para o início da carreira. Esse valor será transformado em abono, e a diferença do reajuste para os mais antigos e os que têm maior habilitação, em 2017, será repostos. O reajuste será, inicialmente, de 13,06%, contra 4,5%, que era o que o PSDB havia proposto no ano passado, quando chegou a enviar um projeto de lei com apenas esse aumento para o conjunto dos servidores. Ele ainda terceirizava todo o serviço de auxiliar de ensino na rede estadual.

Não deixamos votar esse projeto, e agora o governo oferece aos professores uma proposta muito melhor na mesa de negociação. Haverá uma recomposição para se chegar ao piso salarial, até agosto de 2017, de mais dois índices de reajuste, na forma de abonos incorporáveis, posteriormente para todos os setores, como reajuste. E anualmente, em todos os janeiros, haverá reajuste do piso nacional dos professores, coisa que nunca houve em Minas Gerais. Com isso, vai se garantir o compromisso de pagamento do piso na carreira. Em setembro, a carreira será descongelada, e haverá duas promoções para os professores durante o governo Pimentel contra zero promoções em 12 anos do governo tucano. As promoções também continuarão com a garantia do índice de 2,5% a partir de agosto de 2017. Em suma, essa é a proposta apresentada.

Além disso, os professores serão anistiados da repressão que sofreram na greve no governo tucano. O Ipsemg terá um plano de salvação. Estou chamando de plano de salvação, porque os tucanos liquidaram o Ipsemg. Isso será para todos os servidores, inclusive para os servidores da educação. A proposta que está sendo apresentada aos professores, que definirão isso no dia 14, foi feita em mesa de negociação, com muito diálogo.

Ainda faltam dois pontos para serem examinados. O primeiro é sobre esses reajustes anuais todos os meses de janeiro. Eles os reivindicam para o conjunto da categoria, para os servidores da Secretaria, não apenas para os profissionais do magistério. O governo está fazendo o estudo desse impacto para discutir na próxima mesa de negociação. Esse foi praticamente o último ponto que ficou pendente nas negociações feitas com o Sind-UTE. Em vez de bombas, que no Paraná estouraram contra os professores a mando do PSDB – com o repúdio do PDT, que está na Prefeitura –, o que estamos oferecendo são propostas de reajuste salarial.

Olhem a diferença do Paraná, São Paulo e Pará para Minas, para o Piauí e para a Bahia, onde o PT está governando e não há greve e o reajuste de 13% do piso nacional está sendo discutido. No Piauí, esse reajuste já foi oferecido aos professores e ao conjunto da categoria. É bom que o povo veja a diferença. Quem quiser bater panela de ódio que o faça, mas escute o conteúdo do que está acontecendo, para que não seja apenas ódio. É óbvio que há problemas no Estado de Minas Gerais e no governo de Minas, ainda mais depois de 12 anos de má gestão. Não foi choque de gestão, foi só choque. Não existiu gestão. Na reunião do secretariado, o governador Fernando Pimentel disse que a conclusão a que chegou foi de que não houve gestão em Minas, só houve choque. Há dívida social e dívida econômica. Esse foi o legado deixado. Agora, vamos corrigir. Estamos corrigindo com a educação, com a saúde e com a segurança pública, para depois também darmos conta das estradas, que já estão esburacadas. No tal caminho de Minas, praticamente não foi feito nada. No outro foi. Portanto, o legado recebido foi muito ruim, mas já fizemos diagnóstico disso.

Quero cobrar da Mesa da Assembleia e do presidente a comissão extraordinária para fazer esse diagnóstico. Já entregamos, foi combinado, mas, até hoje, nada foi feito. Sala bonita para a oposição – o deputado Arlen Santiago a chama de porão – tem, mas o que queremos é política. Onde está a comissão extraordinária que já foi negociada, para ver a herança maldita, que até hoje não foi formada pela Mesa da Assembleia? Aproveite a presença de dois membros da Mesa para fazer essa cobrança. Com base nisso, concedo aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr., para que ele também possa se posicionar.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Deputado Rogério, não estou entendendo. No início do seu discurso, V. Exa. se referiu ao pannelo, ao ódio. A população brasileira mostrou ontem a sua insatisfação para com o governo federal. Quando V. Exa. fala dessa maneira, dessa tribuna, muitos telespectadores da TV Assembleia – que criamos há quase 20 anos – ficam se perguntando: “Será que ele está falando sério?”. Quando V. Exa. iniciou a sua fala eu estava lá dentro conversando com o José Carlos, que mora na periferia de Belo Horizonte. Ele disse que ontem, pela primeira vez, viu toda a periferia se manifestando. Conforme uma pesquisa divulgada recentemente, a insatisfação com a presidenta Dilma chegou a 92% na região metropolitana. Ontem, tive a oportunidade de presenciar nos morros de Belo Horizonte a panela batendo.

A insatisfação com o PT é grande. V. Exa. está vivendo em qual país? V. Exa. sai às ruas como um deputado do PT; V. Exa. também está sendo cobrado, não apenas V. Exa., mas todos os deputados. Então, não estou entendendo. Será que o PT de V. Exa. é diferente do PT que a população está vendo? V. Exa. fala em ódio. O povo não quer saber mais de ódio, o povo quer saber de alguma coisa. Sugiro que entreguemos os nossos cargos, vamos fazer uma eleição geral no Brasil, vamos passar o Brasil a limpo. Não tenho amor pelo cargo que ocupo há 27 anos.

O deputado Rogério Correia – Deputado Alencar da Silveira Jr., peço a V. Exa. que seja breve, porque o meu tempo está acabando.



O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Estou terminando. Vamos fazer uma eleição geral, vamos passar o Brasil a limpo, vamos mudar. Veja o que acontece. Os deputados são eleitos para legislar, para fiscalizar. A base de governo de hoje é a mesma do governo anterior, em função das emendas e benfeitorias. Isso tem de acabar. O Brasil em que V. Exa. está vivendo não é o Brasil que a população está vendo. Obrigado.

O deputado Rogério Correia – Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr. Peço desculpas por não lhe haver concedido um aparte maior. O mundo em que V. Exa. vive é o mundo mais envolto da pequena burguesia. Se V. Exa. tivesse vindo ao encontro dos movimentos sociais, com trabalhadores rurais sem-terra, professores, trabalhadores da cidade e do campo, V. Exa. veria a análise deles. Claro que existem críticas, mas não querem esse golpe que V. Exa. está apregoando. V. Exa. está apregoando um golpe: quer destituir a presidenta Dilma e fazer eleições agora. V. Exa. perdeu as eleições, o senador Aécio Neves perdeu as eleições.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Quero eleições gerais para todos os níveis.

O deputado Rogério Correia – Não vamos aceitar golpes. V. Exa. quer dar um golpe travestido de democracia. Isso não pode ser feito. V. Exa. sabe que as eleições são realizadas de quatro em quatro anos. A presidenta foi eleita. O senador Aécio Neves perdeu as eleições, por mais que V. Exa. não goste. Deputado Alencar da Silveira Jr., conforme-se, aceite, dói menos. O ódio é menor, não fique com todo esse ódio, dói menos aceitar a derrota. Aceite que vamos governar. Daqui a quatro anos, se for esse o quadro, tudo bem, muda-se, como aconteceu com o senador Aécio Neves, que perdeu as eleições em Minas Gerais. V. Exa. viu que ele perdeu em nosso estado? V. Exa. dizia que ele estava muito bem. A bússola de V. Exa. não é a mesma bússola minha, graças a Deus, nem a bússola do povo.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Presidente, peço que a reunião seja encerrada de plano, visto que não há quórum para a continuação dos trabalhos.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Deputado Rogério Correia, tenho uma resposta pronta: o presidente me passou a direção dos trabalhos. Conforme a assessoria e todos os presentes, houve um acordo antecipado, para que falassem, pelo art. 70, V. Exa. e o deputado Bonifácio Mourão. Houve um acordo, não posso contrariar o presidente, foi definido.

O deputado Rogério Correia – Assim não tem condições. Ou V. Exa. interrompe para acordo... Não pode ser na marra. Eu pedi para interromper. Não fiz acordo algum.

O presidente – Não podemos deixar de cumprir. Foi feito. Se V. Exa. discordar, pode procurar o presidente da Casa. Ele me encarregou, houve um acordo.

O deputado Rogério Correia – Onde está o quórum, Sr. Presidente? Existe um regimento. Então quero que o Adalclever me diga que acordo foi esse. Eu não fiz.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. O presidente me passou que houve um acordo entre Maioria e Minoria na Casa.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente... É apenas para retirar a solicitação que havia feito de verificação de quórum, para que o deputado Mourão possa fazer uso da palavra.

O presidente – Finalmente as luzes da razão prevaleceram. Agradeço ao deputado Rogério Correia a compreensão. Começamos a caminhar para a maioria deste Plenário. Assim, poderemos caminhar para uma Minas Gerais melhor.

Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao deputado Bonifácio Mourão. A presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 30 minutos. Com a palavra, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão* – Concedo um aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Deputado Mourão, é só um aparte antes de V. Exa. começar, para eu dar uma explicação para V. Exa. e para o deputado Rogério Correia.

Ontem foi realizada reunião da Mesa com as lideranças desta Casa. Estavam presentes os deputados Durval Ângelo, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Agostinho Patrus Filho e toda a Mesa, com o deputado Hely Tarquínio. Acertamos que, para uma boa convivência neste Plenário, o que é dado para a oposição será dado ao governo. A oposição falou, deputado Rogério Correia, porque, desde o início deste ano, desde o início desta legislatura, o Partido dos Trabalhadores...

O presidente – Deputado, por consciência, peço compreensão a V. Exa. para o deputado Mourão falar. Se começar a provocar, daqui a pouco a coisa piora.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Não, deputado, não vai piorar nada. A verdade não piora. Estou fazendo aparte ao deputado Mourão.

O presidente – V. Exa. compreendeu, a decisão foi boa.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Não é que resolveu, mas vamos falar por que resolveu. O Partido dos Trabalhadores não deixava ninguém falar. O Partido dos Trabalhadores chegava, fazia isso na tribuna, e depois pedia pela ordem. Para evitar isso, fizemos esse acerto, com a colaboração de todos. Agora, faço aparte a V. Exa. em seu pronunciamento. O deputado Rogério Correia não viu o que aconteceu em Belo Horizonte. Bem que ele falou que estava no Paraná. Ontem, a periferia de Belo Horizonte não estava satisfeita.

O deputado Bonifácio Mourão* – Deputado Alencar, aguarde só um minuto que concederei outro aparte a V. Exa., mas começarei meu pronunciamento agora.



Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, senhoras e senhores deputados, faço, de início, uma saudação ao presidente Adalclever Lopes e a V. Exa., 1º-vice-presidente e presidente em exercício. Presidente, na verdade também sou regimentalista. Acho que V. Exa. tem procurado trabalhar com o regimento desta Casa e, a partir da conduta do deputado Adalclever Lopes, sabemos que, se não houver um Regimento Interno vigorando nesta Casa e obedecido por todos, não teremos, em hora alguma, ordem nos trabalhos aqui no Plenário nem nas comissões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Enquanto havia discussão paralela, calei-me, mas num silêncio eloquente, batendo palmas para o nosso regimento, pedindo à Mesa que o cumpra cada vez mais, concedendo direitos iguais, direitos idênticos à situação e à oposição. Se não for dessa forma, nunca teremos serenidade na conduta dos trabalhos desta Casa.

Pedi a palavra pelo art. 70 porque o deputado Rogério Correia utilizou a tribuna, durante 30 minutos aproximadamente, para atacar, de forma veemente, o senador Aécio Neves, a oposição e o PSDB. Na verdade, ele fez um discurso provocativo. Estávamos serenamente conduzindo a reunião; havíamos acabado de votar o reajuste dos vencimentos dos servidores da Assembleia, reajuste dos mais justos, porque os servidores desta Casa são, em regra, altamente qualificados, trabalhadores honestos, prestativos e merecedores. Havíamos terminado a votação; encerrávamos a reunião e iríamos trabalhar em nosso gabinete. Mas veio o deputado Rogério Correia e, entre outras coisas, disse que o PSDB tem ódio do PT, o que não é verdade. Isso não existe.

O que está acontecendo é que 90% da população brasileira estão rejeitando a administração do governo federal conduzida pela Sra. Dilma Rousseff. É isso que está acontecendo no Brasil. A questão é que o povo não está aceitando o sistema de trabalho da presidente Dilma Rousseff, que, para ganhar a eleição, mentiu ao povo brasileiro, prometeu uma série de coisas, e está fazendo, deputado Wander Borges, exatamente o contrário. Mas o povo não aceitou, incluindo-se o seu eleitorado, pois cerca de 30% das pessoas que votaram na presidente se viraram contra ela. E isso porque acreditaram nas suas promessas, que eram mentiras; acreditaram que a inflação cairia, mas não caiu – ao contrário, está aumentando cada vez mais. A dona de casa, principalmente a que tem mais dificuldades financeiras, ia ao supermercado e enchia o carrinho, mas não mais consegue fazê-lo, devido aos altos preços. A energia está cada vez mais cara, o que ninguém suporta. O combustível, da mesma forma.

Ontem, o Sr. Paulo Roberto Costa, ao prestar declarações na Câmara dos Deputados, disse, com muita clareza, que o rombo, o furto de R\$6.000.000.000,00 já apurados na Petrobras não representa nada em face da má gestão do governo federal e da Petrobras; má gestão que travou completamente o reajuste da gasolina, do diesel etc. para a presidente ganhar a reeleição. E isso causou R\$60.000.000.000,00 de prejuízo à Petrobras. Ela, que era uma das maiores empresas do mundo, hoje tem o valor de suas ações lá no fundo do poço, exatamente devido à má gestão e ao furto que imperava dentro e fora da companhia, num acordo claro entre alguns deputados, alguns diretores da Petrobras e alguns empreiteiros brasileiros.

Portanto, não há ódio contra o PT. O povo brasileiro é que não aceita mais o PT no governo federal; não aceita mais a forma como Dilma Rousseff está administrando este país. Os movimentos sociais – disse o deputado que por aqui passou – que foram desfeitos, porém não o foram, deputado Alencar da Silveira Jr.

Os movimentos sociais estão presentes. Estavam presentes no pannelo de ontem à noite durante o programa do PT, quando falava o Sr. Lula, ex-presidente da República, que deixou tantos problemas pela frente. Presentes estão e são movimentos sociais autênticos. Não adianta o deputado Rogério Correia falar que é movimento de burguesia ou de elite. A Rede Globo de Televisão, ao noticiar o pannelo em Belo Horizonte, mostrou a imagem do Edifício JK. Todo mundo viu com clareza a imagem do pannelo no Edifício JK na Praça Raul Soares, e ali não mora a elite, ali não mora a burguesia, todos sabem. É a expressão do inconformismo popular, deputado Duarte Bechir. Não é verdade, então, o que disse o líder da situação, deputado Rogério Correia. Os movimentos sociais não foram desfeitos.

Como sempre, o deputado volta sua bateria contra o grande senador Aécio Neves, o grande ex-governador de Minas Gerais, que fez com que o Estado se tornasse um lugar melhor para se viver, mais qualificado, atraindo cada vez mais indústrias. Ele diz que o programa Caminhos de Minas não foi realizado. Foi realizado em boa parte. Ele se esqueceu do Processo, por meio do qual 234 municípios mineiros foram ligados ao asfalto, de um modo geral. O programa Caminhos de Minas não teve continuidade porque o Banco do Brasil não liberou os empréstimos que aprovamos na Assembleia Legislativa para os programas relacionados ao Caminhos de Minas, nas áreas de segurança, do meio ambiente, da educação, da saúde e assim por diante. O programa não teve continuidade porque o Banco do Brasil não liberou os recursos. Não cumpriu o contrato assinado, cerca de R\$1.200.000.000,00. O então governador Alberto Pinto Coelho teve de entrar na Justiça e ganhou a liminar para a liberação do dinheiro. E agora o Fernando Pimental da Dilma liberou a ação, não quer mais disponibilizar o dinheiro determinado pela Justiça – R\$1.200.000.000,00 – para dar continuidade ao Caminhos de Minas. Só que esse programa está ligando inúmeros municípios brasileiros que precisam de asfalto, que dependem dele para a sua locomoção e para o seu desenvolvimento. Mas o governador Fernando Pimental da Dilma entendeu que não, que tinha de liberar a ação, para que o Banco do Brasil aplicasse esse dinheiro em outros estados, e não em Minas Gerais. Com certeza, foi esse o pensamento dele. É o que está acontecendo no governo atual.

Ele fala que o PT diminuiu a inflação e aumentou o PIB. Isso não é verdade. A inflação passou dos 8%, e o PIB está em menos 1%. Nós teríamos de responder a essas afirmações, não poderíamos ficar em silêncio perante as inverdades pronunciadas aqui pelo deputado Rogério Correia.

Ele fala também que o PT está sendo atacado por suas qualidades. O que está acontecendo? É aquela história do soldado marchando: 99% estão num passo, e o outro 1% está num passo diferente, mas a mãe dele fala que ele é que está no passo certo e os 99% estão errados. É o que ele está dizendo. Ora, 90% do povo brasileiro está dizendo que esse governo não serve, que esse governo está errado, que esse governo é mentiroso. Como ele pode dizer que os protestos são para atacar as qualidades do governo? Não, são para atacar os defeitos, os erros, as mentiras, a falta de gestão, a incompetência para administrar. É contra isso que o povo está protestando, são essas situações que o povo não aceita mais.

Ele vem falar ainda em golpe de direita. Isso é história para inglês ver. Desde a queda do muro de Berlim não se fala mais em direita e esquerda. O povo reclama da condução da economia, que está no fundo do poço. O povo reclama da questão da ética, da honradez



da administração, que não existe mais. O povo não tolera mais os escândalos de rombos e furtos. Não existe essa história de direita e esquerda. Isso só existe no linguajar de alguns radicais.

Não existe isso mais. Isso é coisa dos tempos de antanho. Nós ouvimos essas coisas e ficamos a perguntar sobre a economia, sobre a inflação, sobre a energia, sobre as promessas, sobre as mentiras. Contra essas histórias é que se fez o painel.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Deputado Bonifácio Mourão, ouvindo V. Exa., questionamos se convém apartear-lo, porque V. Exa. tem um raciocínio muito lúcido, sem mágoa, colocando as verdades ponto a ponto e trazendo ao conhecimento daqueles que ainda insistem em não reconhecer que o governo federal tem, hoje, apenas 10% de aceitação. Apenas 10% dos brasileiros reconhecem que o governo tem feito algo de bom para o desenvolvimento do País e para os brasileiros.

Deputado Bonifácio Mourão, quando estamos metidos numa situação em que somos condenados por algum erro, é melhor discutir os erros do que lançar palavras contra aqueles que estão descobrindo nossos erros. É preferível dar respostas à sociedade sobre aquilo que está sendo imputado ao grupo que hoje dirige o País. Veja V. Exa., o Ministério Público já está iniciando os trabalhos no BNDES, tendo por base a atuação do ex-presidente Lula, que teria levado recursos do BNDES para financiar obras em outros países e ainda levado empreiteiras que foram favorecidas. Essa é a questão que o Ministério Público Federal está investigando nesse momento. Já foi sorteada a promotora federal que está fazendo os primeiros levantamentos, que disse não haver necessidade, por enquanto, de bloqueio dos bens do ex-presidente. Sabemos, e a imprensa nacional tem divulgado com muita ênfase, a riqueza que tem hoje o filho do ex-presidente. Isso, inclusive, é matéria de uma das revistas de maior circulação no País. Um sítio na Grande São Paulo teria sido comprado, por um valor abaixo do valor de mercado, pelo sócio do filho do ex-presidente Lula. E há uma verificação a ser feita, de que a OAS teria feito modificações nesse sítio, criando campo e piscina, a pedido do atual proprietário, o que seria pano de fundo. Isso está na revista.

O deputado Bonifácio Mourão* – Presidente Léo Pinheiro.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – A Rosemary, que chefiava o escritório da Presidência da República em São Paulo, quando foi pega pelas falcaturas de que participou, ameaçou dizer tudo que sabia. E, segundo a mesma revista, Lula teria ligado a um empresário, pedindo para acudir o marido da Rosemary, pedindo para acalmá-lo e dar a ele sustentação financeira. Lula teria dito: “Ele é um pequeno construtor. Faça dele um grande construtor, para que não revele tudo que fez de errado chefiando o escritório da Presidência da República em São Paulo”. Estamos vendo o tamanho da insatisfação da sociedade brasileira contra este governo. Isso é fato. O Alencar da Silveira Jr., ontem, com uma panela na mão, dizia que era dia de panelaço. Parece que o Alencar sabia e pediu que as pessoas o acompanhassem nesse movimento. Belo Horizonte, ontem, registrou um dos maiores panelaços que já se viu. Moro no Prado, e lá ouvimos, em todos os prédios, gritos e panelas batendo, pedindo a saída da presidenta do comando do País. Isso é fato.

Para concluir, deputado Bonifácio Mourão, o preferível é discutir os erros, e não atacar as outras pessoas, para se esconder atrás dos próprios erros. A alternativa de atacar os adversários, quando estamos acuados, não é mais aceita no mundo de hoje.

O senador Aécio Neves não está podendo andar. Tenho recebido algumas cenas gravadas do seu trabalho. Onde ele chega, no aeroporto, em Brasília, ele não consegue andar, todos querem tirar uma foto ao lado do senador, querem cumprimentá-lo. Hoje, sem dúvida alguma, ele é a maior e mais expressiva liderança do País. E vão ter que aceitar isso, porque o senador Aécio, ao longo de sua carreira, construiu a sua forma de agir. E nós, como seus companheiros de luta, estamos prontos para atuar na sua defesa e na sua honra, pois sabemos o grande valor que tem para Minas e para o Brasil.

Parabéns a V. Exa. por pontuar tão precisamente as falas na manhã de hoje, na nossa Assembleia. Parabéns, deputado Bonifácio Mourão. Obrigado pelo aparte.

O deputado Bonifácio Mourão* – Muito obrigado, amigo e deputado Duarte Bechir. Indagamos ao deputado Alencar da Silveira Jr. se deseja um aparte, ao qual ele deu início.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – É lógico, deputado. V. Exa. disse o seguinte: “O Regimento Interno é para ser cumprido, o deputado Rogério Correia tinha que deixar”. Temos que explicar isso. Se o Regimento Interno tivesse sido cumprido nesta sessão... O Rogério pediu o encerramento, e o regimento estaria sendo cumprido se a sessão fosse encerrada. Mas mais importante que cumprir o Regimento Interno nesta Casa é cumprir os acordos. Ninguém é obrigado a fazer acordo nenhum, mas todos são obrigados a cumpri-lo. Ninguém é obrigado a prometer, mas todos são obrigados a cumprir.

Deputado, ontem fizemos um acordo e acertamos que, para parar esta Casa, da maneira que está vindo, chata... Tenho 21 anos nesta Casa, V. Exa. também tem o mesmo tempo. Saiu, virou prefeito e voltou para cá. Nesses 21 anos em que estou aqui, descobri que toda oposição falou na hora em que quis. E vamos nos lembrar: neste ano, não tivemos condição de externar a nossa posição. A oposição desta Casa, os deputados que fazem oposição ao governo do Fernando Pimentel não tiveram condição de falar. E por quê? Acontecia o que aconteceu hoje, deputado. O deputado Rogério Correia fala de um Brasil diferente, um Brasil em que não há brasileiro que esteja insatisfeito, em que todos estão satisfeitos com o governo do PT. Há um deputado do PT aqui, cujo nome não vou citar, que falou comigo: “Você está falando do PT, vou lhe dar uma estrelinha”. Sabem por que ele quer me dar uma estrelinha para colocar na lapela? Porque está doído para ficar livre dela. Comecem a observar, deputado Bonifácio Mourão e demais deputados desta Casa: os deputados do Partido dos Trabalhadores, antigamente, chegavam aqui com uma estrela deste tamanho: “A estrela brilha”. Vejam se agora há algum deputado do PT com a estrela no peito. Eles têm vergonha do partido deles porque hoje o PT é um partido do qual ninguém quer saber. Vejam se o Fernando Pimentel, hoje, fala que é do Partido dos Trabalhadores. Ele não fala isso.

Na campanha eleitoral, e aí posso falar com tranquilidade, tive quase 30 mil votos em cidades em que sou votado e onde eles passaram a lábia nos meus líderes políticos, dizendo: “Podemos fazer muito mais do que eles”. E, por rixa com o grupo político local, eles apoiaram o Fernando Pimentel. Nessas cidades em que sou majoritário, como por exemplo na cidade de Gouveia, tive 3 mil votos.

O deputado Agostinho Patrus teve 900 votos com o pessoal do PSDB. Eu estava fazendo a minha campanha. Ali o líder político, que é o Toninho, achou melhor não concordar com a política local e naquela hora fez uma oposição ao governo. Tanto ali quanto em outras cidades. No Serro, onde V. Exa. teve a belíssima votação de 600 votos, o deputado Alencar da Silveira Jr. teve 4.500 votos. O



prefeito Nondas, por uma política local da Coeli, você sabe perfeitamente disso, que era assessora do governador Antonio Anastasia, deu os votos para o PSDB. Tomou um banho lá também.

O deputado Bonifácio Mourão* – Favor resumir o aparte, deputado. O Serro é uma grande cidade, mas não é o assunto do momento.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – É uma cidade belíssima que tem um povo hospitaleiro, que sabe votar e escolher seus representantes. Vou aproveitar para lembrar que o governador tem que ajudar muito o Nondas. V. Exa. sabe disso, e vamos cobrar juntos. O Pimentel tem que ajudar muito o Nondas, porque ele foi um ferrenho escudeiro da sua campanha.

Então, todo mundo que era PT naquela hora está com vergonha. Nesta Casa os acordos têm que ser cumpridos, e ontem foi feito um acordo. A oposição fala, a situação vai falar; a situação fala, a oposição vai falar. E ele já estava querendo quebrar isso aqui no primeiro dia. O deputado Durval Ângelo participou, juntamente com o deputado Agostinho Patrus. Temos que explicar isso para o deputado Rogério Correia, porque ele não estava aqui ontem. Até hoje, Mourão, não tivemos condição. O Rogério chegava, falava, falava, falava, falava do queridinho do Aécio, porque nunca vi uma paixão tão grande. O Rogério Correia tem uma paixão e um amor tão grande pelo Aécio que deve chegar a sonhar. Quando ele ouve a panela batendo, quando ele ouve Minas Gerais inteira, quando ele vê as pesquisas de Belo Horizonte e região metropolitana com 92% de reprovação da Dilma, o Rogério não pensa em Dilma, não pensa em PT, só pensa em Aécio, por causa desse amor que tem pelo Aécio. O queridinho do Rogério Correia chama-se Aécio Neves. Tudo que ele fala é jogado para cima do Aécio Neves. Ele usou a tribuna durante 20 minutos. Falou de um Brasil que eu não estou entendendo. O que ele falou sobre as professoras, eu espero que o governador Fernando Pimentel cumpra. O que ele falou da segurança pública... Falou que este ano seria feito um concurso para colocar 1.900 homens na Polícia Militar. Faço votos de que o Pimentel faça um belo governo, porque Minas Gerais merece. E nós vamos ficar fazendo o nosso papel de fiscalizadores. O deputado foi eleito para fiscalizar e legislar. Sei que há vários segmentos e deputados que não querem fazer lei nenhuma. Dizem que não fazem projeto, que não fazem nada aqui dentro, mas, em compensação, levam uma emendazinha para o seu município. Não adianta viver apenas de emenda.

O deputado Bonifácio Mourão* – Solicito a V. Exa. que encerre seu aparte, porque só nos faltam 3 minutos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Agora eu gostaria de lembrar a V. Exa. que, quando lhe foi concedido o tempo, naquela confusão do início, o cronômetro estava marcando 25 minutos. Pedi ao presidente para zerar o cronômetro, mas ele não zerou. Então é direito de V. Exa. pedir 5 minutos a mais por causa disso.

O presidente – Quero interferir, pois concedemos meia hora ao orador, como concedemos ao anterior. Agora peço ao deputado Mourão que module os apartes porque, senão, não vai ter tempo de falar.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Eu gostaria de explicar que V. Exa. passou a palavra para ele com 25 minutos. Já haviam corrido 5 minutos. Daqui a pouco não vamos poder falar nada. Oposição não pode falar nada. Começa a briga toda, mandam tirar a TV Assembleia do ar. Param, tiram a TV do ar porque não podem mostrar a chacota e a briga que os deputados da situação estão fazendo.

Estamos aqui para trabalhar e mostrar tudo. Isso aqui é um Parlamento para falar. Temos é que falar, presidente. Deixa o povo falar, porque represento 80 mil votos.

O presidente – V. Exa. está caracterizando a inquietude. Retorno a palavra ao orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Obrigado, deputado. Com muito prazer, vou conceder aparte ao nosso líder deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Serei extremamente breve, deputado Bonifácio Mourão, até porque o tempo de V. Exa. se aproxima do fim e o deputado Alencar da Silveira Jr. já fez uma explanação dos fatos. Na reunião de ontem, feita com os líderes desta Casa, com o presidente e com o deputado Hely Tarquínio, dissemos que é fundamental que determinados deputados que durante anos foram oposição e hoje são situação saibam reconhecer as críticas e os erros que o governo que defendem tem cometido em relação aos mineiros e aos brasileiros.

O deputado Alencar da Silveira Jr. falou muito bem. Não consigo entender que Brasil ou Minas Gerais é essa que determinados parlamentares vêm mostrando aqui. Por 12 anos disseram que o senador Aécio Neves vivia no país das maravilhas, mas parece ser o mesmo em que a presidente Dilma tem vivido, assim como o atual governador. Mais cedo, na minha declaração de voto e ao projeto aprovado hoje, falava dos erros e dos equívocos que o governo federal vem cometendo. Agora quero apenas falar sobre mais três erros, que os jornais nacionais noticiaram bastante, em relação à política econômica da presidente Dilma. Em primeiro lugar, ela acabou com o Fies dos brasileiros. Coitados dos brasileiros que agora não terão como estudar. Aliás, essa era a grande bandeira do PT.

O deputado Bonifácio Mourão* – Pátria educadora.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* – Exatamente. Em segundo lugar, nunca fecharam tantas concessionárias de automóveis no País como agora, ao longo dos últimos anos. Foram mais de 250 concessionárias fechadas. Infelizmente para mim, a grande surpresa, ao longo dos últimos 25 anos, foi ter sido este março o mês em que os brasileiros menos consumiram nos supermercados do nosso País. Isso é sinal de que o dinheiro acabou, porque a presidente Dilma não sabe governar para os brasileiros.

O deputado Bonifácio Mourão* – Agradeço ao deputado e ao nosso líder Gustavo Corrêa. Vou terminar minhas palavras obedecendo ao Regimento Interno. Anotei ainda algumas críticas feitas pelo deputado Rogério Correia, que disse que nós, do PSDB, e os deputados de oposição, de modo geral, estamos querendo imitar os deputados federais Bolsonaro, Ronaldo Caiado e assim por diante. Não queremos imitá-los, mas os respeitamos, embora saibamos que são radicais. Contudo, também não podemos imitar, em momento algum, o José Genoino, o José Dirceu e o João Vaccari. Eu, por exemplo, não tenho lembrança e nunca ouvi dizer que o Bolsonaro e o Ronaldo Caiado praticaram atos, foram processados e presos como esses deputados. É completamente diferente.

Em relação ao que ele fala da dívida pública, queremos uma oportunidade para fazer um pronunciamento a esse respeito, presidente. Na verdade, a dívida pública veio da década de 60. Não foi Aécio Neves que criou a dívida pública. A correção pelo IGP-DI, em vez de IPC, é que arrasou com todos os estados e municípios brasileiros que têm dívida. É por isso que o próprio Haddad, de São Paulo,



que é do PT, e o governador do Rio de Janeiro, do PMDB, entraram na Justiça contra o governo federal. Assim sendo, o que existe é apenas a velha marcação do deputado com o grande senador Aécio Neves, com certeza.

Sobre o choque de gestão, temos aqui todo um caderno de respostas e de resumo das grandes realizações de Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho e das quais o povo mineiro é, sem dúvida, testemunha.

Termo minhas palavras, presidente, aplaudindo a conduta de V. Exa. e do nosso presidente, deputado Adalclever Lopes, que tem sido um guardião do nosso Regimento Interno, assim como V. Exa. É dessa forma que vamos conduzir esta Casa com dignidade, democracia e ordem. Os debates são legítimos. Esta Casa é fórum, local de trabalho, de votação, de fiscalização e também de debates. Aliás, para ser um fórum de debate, no nível e da tradição desta Assembleia, é preciso ter ordem e lei, e a nossa lei é o Regimento Interno. Faça imperá-lo como sempre, presidente. Muito obrigado.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10/2015, EM 17/3/2015

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Durval Ângelo, Thiago Cota, Tito Torres e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião desta comissão. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente. Registram-se as candidaturas dos deputados Vanderlei Miranda, para presidente, e Thiago Cota, para vice-presidente. Após votação nominal, foram eleitos, por unanimidade, para presidente e vice-presidente, respectivamente, os deputados Vanderlei Miranda e Thiago Cota. Na condição de presidente *ad hoc*, o deputado Vanderlei Miranda empossa, no cargo de vice-presidente, o deputado Thiago Cota, a quem passa a direção dos trabalhos. A presidência declara empossado como presidente o deputado Vanderlei Miranda, que recebe novamente a presidência. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Vanderlei Miranda, presidente - Thiago Cota - Cabo Júlio.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/3/2015

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Cherem, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Thereza Rodrigues da Cunha, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde (13/3/2015); e dos Srs. Renan Calheiros, presidente do Senado Federal (19/3/2015); Antônio Simões Silva, coordenador-geral de expansão e gestão das Ifes do Ministério da Educação (19/3/2015); Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de estado de Defesa Social (12/3/2015); e João Cruz Reis Filho, secretário de estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (12/3/2015). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 808/2015, das deputadas Rosângela Reis, Marília Campos e Ione Pinheiro, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão Extraordinária das Mulheres para debater, em audiência pública, com representações partidárias instituídas no Estado e do Tribunal Regional Eleitoral, a participação das mulheres na política;

nº 809/2015, das deputadas Rosângela Reis, Ione Pinheiro e Marília Campos, em que solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária das Mulheres ao Tribunal Regional Eleitoral, para debater sobre a possível contribuição da justiça eleitoral para ampliar a participação das mulheres na política;

nº 810/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a exclusão dos despachantes mineiros das atividades relacionadas ao Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos - SRPR - no âmbito do Detran-MG, por solicitação da Federação Nacional dos Despachantes Públicos – Fenadesp-MG.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Marília Campos, presidente - Fábio Cherem - João Leite.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2015

Às 16 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Bosco e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação

de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 920/2015, da deputada Cristina Corrêa, em que solicita seja ouvido nesta reunião o Sr. André de Freitas Milagres, do Grupo de Choro Palácio das Artes.

nº 921/2015, dos deputados Bosco e Wander Borges e da deputada Cristina Corrêa, em que solicitam seja realizada visita à Fundação Clóvis Salgado com a finalidade de conhecer os projetos e programas a serem desenvolvidos em 2015.

A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. André de Freitas Milagres, do Grupo de Choro Palácio das Artes, convidado a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Cristina Corrêa, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

Bosco, presidente - Cristina Corrêa - Wander Borges - Ione Pinheiro.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/4/2015

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Leandro Genaro e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Leandro Genaro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 271 e 272/2015, ambos em turno único, dos quais avocou a si a relatoria. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado Requerimento nº 939/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas e Extraordinária das Mulheres para debater, em audiência pública, a recomendação do Ministério Público sobre a adoção de filhos de mulheres usuárias de *crack* e outras drogas. O deputado Antônio Jorge passa a direção dos trabalhos para o deputado Léo Portela, para apreciar proposições de sua autoria. Submetidos a votação, são aprovados os requerimentos:

nº 940/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que proceda ao pagamento das parcelas em atraso às comunidades terapêuticas credenciadas ao Programa Aliança Pela Vida, bem como informações sobre a continuação ou não do referido programa;

nº 941/2015, do deputado Antônio Jorge, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Políticas sobre Drogas pedido de providências com vistas a retomar as atividades do grupo gestor instituído pela Resolução Conjunta Seds/SES/Sedese nº 157, de 9/3/2012, com a inclusão de um membro efetivo da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e de dois representantes das comunidades terapêuticas em sua composição, para proceder à revisão da Resolução Conjunta Seds/SES/Sedese nº 150, de 21/10/2011, que dispõe sobre o registro, a certificação e o credenciamento de entidades que atuam na prevenção, no tratamento, na reinserção social e ocupacional ou na redução de danos sociais, no campo do uso e do abuso de álcool e outras drogas.

Ato contínuo, faz-se presente na reunião a deputada Ione Pinheiro. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Antônio Jorge, presidente - Missionário Márcio Santiago - Ione Pinheiro - Léo Portela.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/4/2015

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira e Nozinho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bráulio Braz. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação da equinocultura no Estado. A seguir, acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 273/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Nozinho. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Valéria Maria de Andrade Almeida, fiscal agropecuária, e o Sr. Thales Almeida Pereira Fernandes, diretor técnico, ambos representando o Sr. Márcio da Silva Botelho, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA; e os Srs. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Wallisson Lara Fonseca, analista de negócios, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg; Tiago de Resende Garcia, diretor executivo, representando o Sr. Magdi Abdel Raeuf Gabr Shaat, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalho Mangalarga Marchador; José Carlos Magalhães, superintendente, representando o Sr. Walfram Feitosa Guerra, presidente da



Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Pampa; Alessandro Moreira Procópio, médico-veterinário, representando o Sr. Luiz Roberto Horst, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Campolina; Renato Ourives Neves, presidente da Comissão Técnica Equinos da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Mendelssohn de Vasconcelos, gerente do Parque da Gameleira, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavras aos demais membros da comissão, coautores do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 901/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao governador do Estado e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais para que criem a Política Estadual de Incentivo e Fomento à Avicultura de Minas, com incentivo fiscal, oferta fiscal e assistência técnica. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.004/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja realizada audiência pública no Parque da Gameleira para debater as condições oferecidas pelo Parque e pelo Estado para a realização de exposições das diversas associações de criadores;

nº 1.005/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado à Fundação TV Minas Cultural e Educativa - Redeminas - pedido de providências para que disponibilize tempo de programação a fim de promover informações sobre a equideocultura no Estado;

nº 1.006/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de providências para alterar a regulamentação sanitária no que se refere a equídeos, de maneira que seja permitida a utilização de apenas uma resenha para controle e fiscalização do mormo e da anemia infecciosa equina;

nº 1.007/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda, com cópia para todos os secretários de Estado de Fazenda do País, pedido de providências para que reitere junto ao Confaz a revogação do convênio ICMS 136/1993, a fim de que permita aos estados elaborarem suas próprias regulamentações da matéria e a simplificação, simultaneamente à redução de custos e fomento do segmento produtivo da equideocultura.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Nozinho - Inácio Franco - Rogério Correia.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa e os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Rogério Correia (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Cristina Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação e as perspectivas do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais e discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Suzana Maria Moreira Rates, diretora de Saúde do Ipsemg, representando Hugo Vocurca Teixeira, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg; Elaine Cristina Ribeiro, diretora estadual do Sind-UTE, representando Beatriz da Silva Cerqueira, presidenta da Central Única dos Trabalhadores de MG - CUT-MG e coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-Ute/MG; Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg; Andrea Myrrha Guimarães, secretária nacional das Mulheres da Central dos Sindicatos Brasileiros; e Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, membro do Conselho Deliberativo do Ipsemg; e os Srs. Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil – Sind-Pol; Geraldo Antônio Henrique da Conceição, diretor-coordenador político do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos; e João Diniz Pinto Júnior, ex-presidente do Ipsemg, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Professor Neivaldo, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa e Felipe Attiê. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.105/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizado debate público da comissão para discutir a situação e as perspectivas do Ipsemg, com a presença de seu Presidente e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

nº 1.106/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para revogar o Decreto nº 46.649, de 20/11/2014, no que tange a retirada de autonomia financeira do Ipsemg;

nº 1.107/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam encaminhadas ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao presidente do Ipsemg as notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública, que teve por finalidade debater a situação e as perspectivas do Ipsemg;



nº 1.132/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhadas ao governador de Estado as notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública, que teve por finalidade debater a situação e as perspectivas do Ipsemg.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

João Magalhães, presidente - João Alberto - Rogério Correia - Roberto Andrade.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

Às 17h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Cristiano Silveira e Arnaldo Silva (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada na data mencionada entre parênteses: ofício do deputado Adalclever Lopes em que informa que o deputado Carlos Henrique se afastou do exercício do mandato parlamentar a partir de 7/4/2015 para assumir cargo de secretário de Estado de Esportes e Juventude (10/4/2015). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.108/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada visita da comissão à Secretaria de Estado de Educação para participar da primeira reunião da Comissão Permanente de Educação do Campo em Minas Gerais e conhecer suas propostas para o Estado;

nº 1.109/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizado debate público da comissão para discutir o Plano Estadual de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25/6/2014.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2015.

Paulo Lamac, presidente - Cristina Corrêa - Ivair Nogueira - Professor Neivaldo.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar as proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.110/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a possível violação de direitos humanos e o assédio moral sofrido pelo Sr. Alessandro Augusto da Silva, conforme denúncia recebida em 25/3/2015;

nº 1.111/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada visita e reunião para debater, em audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, as supostas irregularidades na distribuição de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida constatadas pela Câmara Municipal de Almenara através de sua Comissão Temporária de Estudos das Denúncias do Programa Minha Casa, Minha Vida, as quais violam direitos humanos na área da habitação;

nº 1.112/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a alienação parental e buscar formas de aumentar a conscientização de cidadãos acerca desse tema;

nº 1.113/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada visita e reunião para debater, em audiência pública, em Teófilo Otôni, as possíveis irregularidades ocorridas no presídio desse município;

nº 1.114/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a eleição unificada de conselheiros tutelares do Estado de Minas Gerais;

nº 1.115/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita sejam realizadas reuniões para debater, em audiências públicas a se realizarem em cada uma das Regiões Integradas de Segurança Pública, a situação de pessoas recolhidas em unidades prisionais e de atendimento socioeducativo de menores em conflito, bem como as condições materiais e de trabalho dos agentes de segurança penitenciária e de agentes socioeducativos nelas lotados;

nº 1.116/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita sejam realizadas visitas a cada uma das Regiões Integradas de Segurança Pública, com a finalidade de avaliar a situação de pessoas recolhidas em unidades prisionais, bem como as condições de trabalho dos agentes de segurança penitenciária e socioeducativos nelas lotados;

nº 1.118/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja formulada manifestação de pesar à família do Sr. Celso Magalhães Pinto, presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais, por seu falecimento;

nº 1.124/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça, à Defensoria Pública Geral do Estado e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos pedido de



providências acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 8/4/2015, em que consta manifestação de Marcos Antônio Teixeira;

nº 1.128/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça, à Presidência e à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado e à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado pedido de providências sobre denúncias envolvendo a forma de adoção de menores e destituição de guarda na Comarca de Barbacena.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Durval Ângelo - Carlos Pimenta - Paulo Lamac.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/4/2015

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência) e Elismar Prado (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.155/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para a instalação de um centro de internação de menores infratores no município de Muriaé;

nº 1.156/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Cia. Rotam, 3ª Cia. Rotam e na Cia. PM Ind P Cães, pela prisão de Renato de Jesus Silva e apreensão de armas de fogo durante operação realizada no dia 14/4/2015, no Município de Contagem;

nº 1.157/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para proceder à entrega das manifestações de aplauso aos policiais militares lotados na 1ª Cia. Rotam, 3ª Cia. Rotam e na Cia. PM Ind P Cães, pela prisão de Renato de Jesus Silva e apreensão de armas de fogo durante operação realizada no dia 14/4/2015, no Município de Contagem;

nº 1.158/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão, em caráter de urgência, para debater, em audiência pública, medidas que possam eliminar os riscos e garantir a segurança dos pedestres, transeuntes, motoristas e passageiros que transitam diariamente pela Rodovia Fernão Dias - BR-381, tendo em vista as recorrentes interdições provocadas pela circulação de veículos longos com excesso de carga;

nº 1.159/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita sejam encaminhadas manifestações de aplauso aos policiais militares lotados na Cia. PM Ind P Cães pela participação em operação realizada no dia 14/4/2015, no Município de Sabará, quando foi localizada a quantia de R\$ 476.640,00 dentro do para-choque de um veículo apreendido;

nº 1.160/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão para discutir, em audiência pública, os atos de abuso de autoridade, perseguição e assédio moral perpetrados pelo 2º Ten. Elmo Engrácio Silva contra a Sd PM Ana Luiza Dias Silva, lotada na 3ª Cia. Mesp/3º RPM;

nº 1.161/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, o descumprimento de ordem judicial por parte do Ten.-Cel PM Wesley Barbosa, comandante do 52º Batalhão de Polícia Militar, situado em Ouro Preto, uma vez que foi deferida judicialmente a transferência da Sd PM Danielle de Carvalho Campos Ferreira para Belo Horizonte e o referido comandante não obedeceu à decisão judicial;

nº 1.163/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão para debater, em audiência pública, as condições de segurança no hipercentro de Belo Horizonte, considerando-se o aumento de crimes e contravenções penais, principalmente furtos e roubos, tráfico de drogas, jogos de azar, além da situação de exploração sexual na região, conforme denúncias de moradores e comerciantes, que também reclamam de insuficiência do policiamento militar, ausência de ações da Guarda Municipal e pouca atuação da Polícia Civil na solução desses crimes.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 1.164/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública, a alteração da legislação sobre porte de armas, considerando a tramitação de projeto com essa finalidade no Congresso Nacional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – João Magalhães.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/4/2015

Às 14h15min, comparecem no Centro de Convenções do Município de Mariana, os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos senhores deputados que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater as políticas públicas voltadas para a área de cultura na região dos Inconfidentes e a votar e discutir proposições da comissão.



A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Sandra Fosque Sanches, diretora de Promoção e Extensão Cultural da Faop, representando o secretário de Estado de Cultura e a presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop; e os Srs. Celso Cota Neto, prefeito municipal de Mariana; Duarte Eustáquio Gonçalves Junior, vice-prefeito municipal de Mariana; Juliano Gonçalves, vice-presidente da Câmara Municipal de Mariana, representando Antônio Marcos Ramos de Freitas, presidente da Câmara Municipal de Mariana; Thiago Cássio Pedrosa Mapa, presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto; José Luiz Papa, secretário municipal interino de Cultura e Turismo de Mariana; Israel Quirino, assessor-técnico da Prefeitura Municipal de Mariana; Aroldo Fernandes Gomes, prefeito municipal de Diogo Vasconcelos; vereador Cristiano Silva Vilas Boas, da Câmara Municipal de Mariana; vereador Chiquinho de Assis, da Câmara Municipal de Ouro Preto, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Thiago Cota, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião.

Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.175/2015, do deputado Bosco, do deputado Thiago Cota e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja realizada reunião da Comissão de Cultura para debater, com convidados que menciona, o encerramento de atividades de educação patrimonial do Projeto Trem da Vale em Ouro Preto e Mariana, bem como da biblioteca, do parque infantil e do vagão temático entre outros;

nº 1.176/2015, do deputado Bosco, do deputado Thiago Cota e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para a realização de estudos com vistas à ampliação do teto de renúncia fiscal do ICMS da Lei Estadual de Incentivo à Cultura;

nº 1.177/2015, do deputado Bosco, do deputado Thiago Cota e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda pedido de providências para realização de estudos com vistas à ampliação do teto da renúncia fiscal do ICMS da Lei Estadual de Incentivo à Cultura proposição;

nº 1.178/2015, do deputado Wander Borges, do deputado Bosco e do deputado Thiago Cota, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado pedido de providências para a suplementação de recursos orçamentários para o Fundo Estadual de Cultura.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Bosco, presidente - Cristina Corrêa - Wander Borges - Thiago Cota.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 8/2014 é retirado de pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 1.179/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e ao procurador-geral do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas adotadas em defesa do Estado para a diminuição da transferência de recursos para a União, em decorrência da Lei Complementar nº 148, de 2014, e sobre os motivos pelos quais o Estado não ajuizou nenhuma ação neste sentido. Solicita ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento ao procurador-geral de Justiça.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária na mesma data, às 16h15min, para apreciação do Projeto de Lei nº 8/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Vanderlei Miranda - Tito Torres - Elismar Prado - Agostinho Patrus Filho.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/5/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 243/2015, da Comissão de Esporte, que solicita seja encaminhado ao secretário de Turismo e Esporte pedido de informações sobre os locais em que serão realizadas, no Estado, as Olimpíadas de 2016, quais modalidades de esportes e os países que já confirmaram suas preparações nos municípios mineiros. A Mesa da Assembleia opina pela rejeição do requerimento.

Votação do Requerimento nº 507/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca do lucro líquido obtido por essa empresa nos anos de 2011 a 2014, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei nº 8.987, de 1995. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 2/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Célio Dantas de Brito para o cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 4/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Renato Fraga Valentim para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 1/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Jorge Raimundo Nahas para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Veto parcial à Proposição de Lei nº 22.620, que altera a Lei Delegada nº 179, de 1º de janeiro de 2011, que dispõe sobre a organização básica e a estrutura da administração pública do Poder Executivo do Estado, e a Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/5/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 536/2015, do deputado Bosco, 588/2015, do deputado Nozinho, 604, 605, 606 e 607/2015, do deputado Ivair Nogueira, 648 e 649/2015, da deputada Marília Campos e do deputado Cássio Soares, 652/2015, do deputado João Alberto, e 661/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 12/5/2015**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 579/2015, do deputado Fred Costa; 641/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; e 917/2015, do deputado Gilberto Abramo.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 201/2015, do deputado Fred Costa; 218/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 229, 251, 307, 327, 336, 542 e 580/2015, do deputado Fred Costa; 621/2015, do deputado Fábio Cherem; 636, 651 e 755/2015, do deputado Fred Costa; 919/2015, do deputado Paulo Guedes; e 1.124/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 985/2015, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 12/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 434/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 574/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 534/2015, do deputado Bosco; 601 e 602/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 626, 633, 634 e 635/2015, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 650/2015, do deputado Professor Neivaldo; 658/2015, do deputado Isauro Calais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 411/2015, do deputado Thiago Cota; 495/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 12/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação de completa interdição da Rodovia Fernão Dias – BR-381 – no dia 21 de março de 2015, no trecho próximo a Brumadinho, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Gil Pereira, Isauro Calais e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2015, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com convidados, a situação atual dos profissionais de enfermagem de Minas Gerais, especialmente a jornada de trabalho e o piso salarial, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2015.

Celinho do Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2015, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o sistema prisional e socioeducativo no Estado, principalmente o déficit de vagas e suas consequências para a segurança pública, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 269/2015****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do deputado Inácio Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Amparo ao Menor - Apam -, com sede no Município de Pitangui.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 269/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Proteção e Amparo ao Menor - Apam -, com sede no Município de Pitangui, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar apoio, orientação e abrigo à criança e ao adolescente de ambos os sexos que se encontram em situação de risco, no sistema de internato.

Com esse propósito, a instituição pretende abrigar crianças e adolescentes até que se estabeleça a sua reintegração à família; encaminhar para adoção aqueles cuja reintegração familiar não for possível; prestar assistência pedagógica e atividades de reforço escolar; desenvolver a capacidade intelectual; oferecer atendimento médico, odontológico, alimentação e outros.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 269/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.



Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 393/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Dona Lucinha - ADL -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 393/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Dona Lucinha - ADL -, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo zelar pela segurança alimentar da população.

Com esse propósito, a instituição se propõe a combater a desnutrição materno-infantojuvenil, apoiar a agricultura familiar, ensinar e estimular o aproveitamento racional dos recursos nutricionais a adultos, crianças e jovens e estimular projetos na área de gastronomia que promovam o desenvolvimento econômico e social e que auxiliem na geração de emprego e renda.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade dar nova redação ao art. 1º da proposição com o objetivo de alterar o nome do município sede da entidade, conforme dispõe o art. 2º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Dona Lucinha no Município de Belo Horizonte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 393/2015, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Geisa Teixeira, relatora.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 594/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Federação de Associações de Artesãos e Produtores Caseiros do Sul e do Sudoeste Mineiro - Fedart -, com sede no Município de Itaú de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 594/2015 pretende declarar de utilidade pública a Federação de Associações de Artesãos e Produtores Caseiros do Sul e do Sudoeste Mineiro - Fedart -, com sede no Município de Itaú de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar serviços que possam contribuir para a promoção e o fomento das atividades artesanais e manufaturas caseiras de suas associações.

Com esse propósito, a instituição visa promover o fortalecimento, a integração e a representação das associações que dela participam perante as autoridades e os poderes públicos, bem como outras organizações públicas ou privadas, inclusive no âmbito internacional, e incrementar a educação associativista e a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações artesanais e manufaturas caseiras, buscando manter a integração e a unidade de suas associadas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Fedart em defesa das associações de artesãos e produtores caseiros do Sul e do Sudoeste de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 594/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 604/2015

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Varões Nossa Senhora Aparecida, com sede no Município de Arcos.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 604/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Varões Nossa Senhora Aparecida, com sede no Município de Arcos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo contribuir para o fomento e a racionalização da exploração artesanal e de manufaturas caseiras, com o objetivo de melhorar a vida de seus associados.

Com esse propósito, a instituição pretende proporcionar a melhoria do convívio entre a classe, por meio da integração de seus associados, proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais, desportivas e sociais e fomentar e assistir o agricultor familiar e o produtor caseiro em suas necessidades.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Varões Nossa Senhora Aparecida no Município de Arcos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 604/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 764/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Braulio Braz, a proposição de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.672/2014, visa dar denominação à quadra esportiva da Escola Estadual Pedro Vicente de Freitas, localizada no Município de Muriaé.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 28/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Ciência e Tecnologia.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria quanto aos aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 764/2015 tem por escopo dar a denominação de Yolanda Cerqueira Gonçalves à quadra esportiva da Escola Estadual Pedro Vicente de Freitas, localizada no Distrito de Belisário, no Município de Muriaé.

De acordo com o § 1º do art. 25 da Constituição da República, cabe ao estado membro legislar sobre as matérias que não se enquadram no campo privativo da União, art. 22, ou do município, art. 30. Como a denominação de próprios públicos estaduais não se enquadra nesses dois últimos dispositivos, o Estado pode estabelecer normas específicas sobre o assunto.

No uso dessa prerrogativa, foi editada a Lei nº 13.408, de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. Em seu art. 1º, essa norma determina que as denominações devem ser atribuídas por meio de lei e, no art. 2º, que a escolha recairá em nome de pessoa falecida que se tenha destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade ou em evento de valor histórico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.

Ademais, o art. 66 da Constituição Mineira não inseriu a matéria no domínio da iniciativa reservada à Mesa da Assembleia ou aos titulares do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas ou do Ministério Público, sendo pertinente a apresentação de proposição nesse sentido por membro do Poder Legislativo ou pelo chefe do Poder Executivo, a quem cabe a organização da administração pública.

Entretanto, para se denominar espaços internos de escolas estaduais, é importante observar a Lei Federal nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu art. 15, essa norma determina que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Em decorrência desse dispositivo, é pacífico o entendimento de que a denominação de espaços internos de escola estadual, como anfiteatros, bibliotecas, quadras esportivas ou similares, é um assunto pertinente à unidade de ensino de que fazem parte, ficando restrita à decisão de sua administração. Portanto, cabe ao colegiado da referida escola proceder à denominação do espaço em consonância com a comunidade escolar.

Conclusão

Em vista do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 764/2015.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Cristiano Silveira, relator - João Alberto - Isauro Calais.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 131/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior, o projeto de lei em tela "cria o Fundo Estadual de Proteção à Fauna e dá outras providências".



A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 5/3/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise pretende, nos termos de seu art. 1º, criar o Fundo Estadual de Proteção à Fauna, com o objetivo de financiamento, investimento, expansão e aprimoramento contínuo das ações destinadas ao controle animal, promoção do bem-estar e implementação de medidas de prevenção de zoonoses.

O art. 2º do projeto prevê as finalidades a que se destinam os recursos do fundo. O art. 3º, por sua vez, dispõe sobre as receitas que o constituem. Nos termos do art. 4º do projeto, a gestão financeira dos recursos do fundo será feita pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

O projeto, ainda, em seus arts. 5º, 6º e 7º, cria o Conselho Diretor do Fundo Estadual de Proteção à Fauna, prevê a periodicidade de suas reuniões, fixa o prazo do mandato de seus membros, regras para votação, normas de funcionamento e atribuições dos membros, bem como estabelece suas competências.

Observamos que tramitou, na última legislatura, projeto de lei de mesmo conteúdo, não tendo recebido parecer nessa Comissão. Passemos, então, à análise da matéria.

Em que pese à relevância da proposta, entendemos que o projeto encontra vícios de ordem jurídica que impedem a sua tramitação nesta Casa, conforme passaremos a expor.

Cumpre-nos salientar que os estados membros estão autorizados a legislar sobre matéria relacionada ao meio ambiente e à proteção e defesa da saúde pela Constituição da República, nos termos do art. 24, VI, XII e §§ 1º a 4º.

Também no que tange à instituição de fundos, a matéria se insere no domínio de competência legislativa estadual, consoante o previsto no inciso I do mesmo art. 24, que estabelece a competência concorrente para legislar sobre direito financeiro. Não obstante, nesse ponto, a proposta encontra óbices de natureza jurídica que impedem a sua implementação.

Vejamos, primeiramente, o conceito de “fundo”. Para Cretella Júnior, é “a reserva, em dinheiro, ou o patrimônio líquido, constituído de dinheiro, bens ou ações, afetado pelo Estado, a determinado fim” (*Comentários à Constituição Brasileira de 1988*, v. 7, p. 3.718). Para Hely Lopes Meirelles, fundo financeiro “é toda reserva de receita para a aplicação determinada em lei” (*Finanças municipais*, São Paulo, RT, p. 133).

No plano constitucional, a Constituição da República estabelece, no inciso I do § 5º do art. 165, que a Lei Orçamentária Anual - LOA - compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público. Os incisos I e II do § 9º do mencionado dispositivo dispõem ainda que cabe a lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - e da Lei Orçamentária Anual - LOA -, estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como as condições para a instituição e o funcionamento dos fundos.

Ainda na esfera federal, temos a Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e dos balanços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Seus arts. 71 a 74 dispõem que constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, vinculam-se à realização de determinados objetivos e serviços, facultada a adoção de normas especiais para sua aplicação. Acrescentam que a aplicação das receitas orçamentárias vinculadas aos fundos se fará por meio de dotação consignada na lei do orçamento ou em créditos adicionais e que a lei instituidora do fundo, a despeito de poder conter normas peculiares de controle e prestação de contas, não pode elidir a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Verifica-se que a exigência constante no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição da República, de que lei complementar estabeleça as condições gerais para a instituição de fundos, está suprida pela citada Lei no 4.320, que foi recepcionada pela Carta Magna com *status* de lei complementar. Esse tem sido o entendimento da doutrina e da jurisprudência, como se vê nos autores Toshio Mukai (*A administração pública na Constituição de 1988*, Ed. Saraiva, p. 120) e Ricardo Lobo Torres (*Curso de direito financeiro e tributário*, 3. ed., Ed. Renovar, p. 2) e em decisões do Supremo Tribunal Federal, como a ADI/MC 1.726, publicada no *Diário da Justiça* de 30/4/2004, da qual foi relator o ministro Maurício Corrêa.

Por seu turno, a Constituição do Estado estabelece, no art. 159, inciso II, que cabe a lei complementar estabelecer as condições para a instituição e o funcionamento de fundo. A Lei Complementar no 91, de 2006, traz as regras gerais sobre a instituição, a gestão e a extinção dessas unidades contábeis em Minas Gerais. Segundo a referida norma, a criação de fundo depende da comprovação de sua viabilidade técnico-econômica. Veja-se o art. 2o:

“Art. 2o - O fundo é um instrumento de gestão orçamentária criado por lei, sem personalidade jurídica, dotado de individualização contábil e constituído pela afetação de patrimônio e do produto de receitas à realização de determinados objetivos ou serviços.

Parágrafo único - O projeto de lei referente à criação de fundo será acompanhado de justificativa do seu interesse público e de demonstração de sua viabilidade técnica e financeira”.

Não é razoável que se crie um fundo especial composto de recursos meramente hipotéticos: o princípio da razoabilidade, expressamente previsto no art. 13 da Constituição do Estado, além de nortear as atividades da administração pública, é também aplicável ao Poder Legislativo.

Ademais, a referida Lei Complementar no 91, de 2006, exige que a norma instituidora do fundo defina as suas funções e objetivos; a sua forma de operação, incluindo os requisitos para a concessão de financiamentos ou para a liberação de recursos; o prazo de duração do fundo, o prazo para a concessão de financiamento ou para a prestação de garantia; a origem dos recursos que o compõem; a forma de remuneração de suas disponibilidades temporárias de caixa, se existirem; a indicação dos seus beneficiários, acompanhada



de especificação, quando houver, de contrapartida a ser exigida de beneficiário para o recebimento de recursos e definição de sanções aplicáveis aos beneficiários dos recursos, nos casos de irregularidades por eles praticadas; os seus administradores; as normas para o redirecionamento parcial de recursos do fundo para o Tesouro Estadual, quando for o caso, e as normas relativas à sua extinção.

Assim, verifica-se que a proposta em análise não atende às exigências da lei complementar citada em diversos aspectos. Especialmente no que tange aos administradores do fundo, assim compreendidos o gestor, o agente executor, o agente financeiro e o grupo coordenador, conforme redação do art. 6º da referida lei complementar. Ressaltamos que o órgão gestor e o grupo coordenador devem ser órgãos pertencentes à estrutura do Poder Executivo. Por conta disso, a proposição passa a ser de iniciativa legislativa privativa do governador do Estado. O art. 66, inciso III, alínea “e”, da Constituição do Estado, reserva ao chefe do Executivo a iniciativa da apresentação de projeto de lei que trate da criação, estruturação e extinção de Secretaria de Estado, órgão autônomo e entidade da administração direta daquele Poder.

Na proposição em análise, há apenas a definição de um conselho diretor, que é integrado, entre outros, pela Secretaria de Estado de Saúde e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, esta última é também a gestora financeira do fundo. Assim, além de não seguir o modelo adotado pela Lei Complementar nº 91, a proposta incorre em vício de iniciativa.

Conclusão

Dessa forma, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 131/2015.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Isauro Calais, relator - João Alberto - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 484/2015

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do deputado Cabo Júlio, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.706/2013, altera a Lei nº 17.949, de 22 de janeiro de 2008, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg –, e dá outras providências.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto aos aspectos financeiro e orçamentário, em conformidade com o art. 188, combinado com o art. 102, inciso VII, "d", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em exame busca modificar a Lei nº 17.949, de 2008, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg –, e dá outras providências. Para tanto, propõe alterar o § 4º do art. 1º, acrescentar os §§ 3º e 4º ao art. 3º, revogar o § 2º do art. 7º e acrescentar a esse dispositivo o § 5º.

A modificação proposta ao § 4º do art. 1º consiste em restringir as condições para o financiamento de que trata o mencionado dispositivo, ao exigir que o militar não seja proprietário de outro imóvel nem possua outra forma de financiamento.

Quanto ao disposto no art. 3º, cujo *caput* dá prioridade à contratação de financiamento com recursos do Fahmemg ao policial e ao bombeiro militar cuja vida ou a de seus familiares esteja em situação de risco, o projeto de lei em estudo pretende priorizar também o policial e o bombeiro militar com deficiência física ou que tenham entre seus familiares de primeiro grau pessoa nessa condição. Propõe ainda inserir no texto da lei o conceito de deficiência física para os fins propostos.

Com relação ao art. 7º da proposição, a proposta de revogação do seu § 2º é consequência da nova redação que se pretende dar ao art. 1º, exigindo que o militar não seja proprietário de outro imóvel, conforme mencionado. Já o § 5º que se propõe acrescentar àquele artigo visa assegurar ao militar o direito de converter as férias-prêmio adquiridas e não gozadas até 29 de fevereiro de 2004, para fins de quitação total ou parcial de imóveis adquiridos pelo fundo.

Em sua justificação, o autor afirma que as alterações propostas decorrem da “necessidade de aprimorar o texto atual para dar-lhe maior alcance e aplicabilidade e de assegurar, inclusive, a garantia preferencial de acesso ao fundo para os militares que não possuem imóvel, bem como para priorizar e efetivar garantias e direitos (...)”.

A Comissão de Constituição e Justiça não detectou óbices de natureza jurídico-constitucional a impedir a normal tramitação do projeto, concluindo pela sua aprovação na forma original.

No que concerne à competência desta comissão, destaca-se que o impacto financeiro decorrente da conversão das férias-prêmio de servidor beneficiado com a aprovação da referida norma será compensado pela destinação obrigatória dos recursos ao Fahmemg, para fins de quitação total ou parcial de imóveis adquiridos pelo fundo.

Analisando o projeto, verifica-se que a implementação das medidas nele sugeridas vão ao encontro do objetivo do Fahmemg, aprimorando-o no tocante aos requisitos e prioridades para contratação de financiamento. Tais fatores, em última análise, contribuem para que os militares tenham melhores condições para o exercício de suas atividades, uma vez que proporcionam aos militares e suas famílias possibilidades concretas de residirem em locais que minimizem situações de riscos e de adversidades.

Não obstante, com vistas ao aprimoramento da proposição e a sua adequação à técnica legislativa, apresentamos o Substitutivo nº 1, ao final redigido.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 484/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 17.949, de 22 de dezembro de 2008, que cria o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 4º do art. 1º da Lei nº 17.949, de 22 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – (...)

§ 4º – O Fahmemg financiará a aquisição de imóvel novo ou usado e a construção em imóvel próprio para o beneficiário que não seja proprietário de outro imóvel, nem possua outra forma de financiamento.”

Art. 2º – O *caput* do art. 3º da Lei nº 17.949, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentado ao artigo o § 3º a seguir:

“Art. 3º – Terão prioridade para a contratação de financiamento com recursos do Fahmemg o policial e o bombeiro militar:

I – cuja vida ou a de seus familiares estejam em situação de risco, em razão da natureza de suas atividades e em função do local onde residem;

II – com deficiência física ou que tenham entre seus familiares de primeiro grau pessoa nessa condição.

(...)

§ 3º – Considera-se, para os efeitos do *caput*, o conceito de pessoa com deficiência estabelecido na Lei nº 13.465, de 12 de janeiro de 2000.”

Art. 3º – Fica acrescentado ao art. 7º da Lei nº 17.949, de 2008, o seguinte § 5º:

“Art. 7º – (...)

§ 5º – Fica assegurado ao policial e ao bombeiro militar o direito de converter as férias-prêmio adquiridas e não gozadas até 29 de fevereiro de 2004 para fins de quitação total ou parcial de imóveis adquiridos pelo Fahmemg.”

Art. 4º – Fica revogado o § 2º do art. 7º da Lei nº 17.949, de 2008.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Vanderlei Miranda, relator - Thiago Cota - Felipe Attiê - Cabo Júlio - Professor Neivaldo.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 585/2015**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do Deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.790/2012, dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de painéis luminosos do lado externo das balanças de pesagem de caminhões situadas no território do Estado.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 26/3/2015, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno, examinar a juridicidade, a constitucionalidade e a legalidade da proposição.

Fundamentação

O projeto em exame pretende obrigar o Poder Executivo a instalar painéis luminosos do lado externo das balanças de pesagem de caminhões instaladas no Estado, com o objetivo de que os motoristas possam acompanhar, em tempo real, a aferição do peso do veículo.

A proposição objetiva moralizar o procedimento de pesagem de caminhões para evitar situações, narradas por alguns motoristas, de que os seus pesos teriam sido computados juntamente com os de seus veículos, aumentando o valor da tara.

No que pese à nobre intenção parlamentar, a proposição em análise apresenta vícios de inconstitucionalidade que impedem sua tramitação.

É preciso lembrar que, ao adotar a forma federativa de Estado, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu texto a repartição de competências entre os entes federados.

No âmbito da repartição de competências legislativas, interessa-nos, para o caso em exame, as regras que atribuem à União a competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, inciso XI) e sistema de medidas (art. 22, inciso VI): somente a União detém a competência para editar atos normativos que regulamentem as referidas temáticas, inexistindo lei complementar federal que tenha delegado aos estados membros tal atribuição.

Nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei Federal 9.503, de 23 de setembro de 1997, “considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.”

Sendo assim, a fixação das regras pertinentes ao procedimento fiscalizatório de aferição do peso dos veículos nas vias terrestres, estabelecendo os direitos dos condutores e os deveres da autoridade de trânsito, insere-se na temática do trânsito, competindo à União, com exclusividade, sua regulamentação.

Confirmando tal conclusão, verifica-se que o Código de Trânsito Brasileiro, ao regulamentar a fiscalização do peso e dimensão dos veículos que circulam pelas vias terrestres, assim estabeleceu:

“Art. 99 - Somente poderá transitar pelas vias terrestres o veículo cujo peso e dimensões atenderem aos limites estabelecidos pelo CONTRAN.



§ 1º - O excesso de peso será aferido por equipamento de pesagem ou pela verificação de documento fiscal, na forma estabelecida pelo CONTRAN.

(...)

§ 3º Os equipamentos fixos ou móveis utilizados na pesagem de veículos serão aferidos de acordo com a metodologia e na periodicidade estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, ouvido o órgão ou entidade de metrologia legal.”

Por sua vez, o Contran, no exercício da referida competência normativa, editou a Resolução nº 258, de 30 de novembro de 2007, a qual “regulamenta os artigos 231, X, e 323 do Código Trânsito Brasileiro, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências.”

No âmbito da referida resolução, restou definido que:

“Art. 10 - Os equipamentos fixos ou portáteis utilizados na pesagem de veículos devem ter seu modelo aprovado pelo INMETRO, de acordo com a legislação metrológica em vigor.”

O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de julgar caso análogo, no qual declarou a inconstitucionalidade de lei estadual que, ao impor ao órgão de fiscalização de trânsito a obediência a determinados requisitos formais para fins de validade do procedimento administrativo de apuração de infrações de trânsito e aplicação das penalidades, acabou por invadir a competência privativa da União:

“(…) A Constituição Federal confere à União competência privativa para legislar sobre trânsito (CF, artigo 22, XI). 2. Lei estadual que institui condições de validade das notificações de multa de trânsito. Necessidade de autorização de lei complementar federal ainda não editada (CF, artigo 22, parágrafo único). 3. Medida cautelar deferida. Suspensão da vigência, com efeitos ex nunc, da Lei n.º 10.553, de 11 de maio de 2000, do Estado de São Paulo”. (ADI nº 2328 MC/SP; Rel. Ministro Maurício Corrêa; Tribunal Pleno; DJ 15/12/2000)

A circulação em via terrestre com excesso de peso é conduta tipificada pelo art. 231, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro como infração de trânsito. Dessa forma, ao se exigir que a pesagem dos veículos, para que tenha validade, ocorra em balança que contenha painel luminoso externo, a legislação estadual estará a versar sobre condições de validade do procedimento administrativo de fiscalização das infrações de trânsito, matéria, como já visto, de competência legislativa privativa da União.

Não bastasse isso, ao pretender regulamentar os requisitos que a balança de medição da pesagem de veículos deve possuir, a legislação estadual acaba por adentrar na competência normativa privativa da União para tratar sobre o sistema de medidas (art. 22, inciso VI, da Constituição Federal).

A Lei Federal nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, instituiu o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial com a atribuição de formular e executar a política nacional de metrologia, normalização industrial e certificação de qualidade de produtos industriais.

Dentro do referido sistema, destaca-se o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro -, autarquia federal, a qual, por meio da Portaria Inmetro nº 236, de 22 de dezembro de 1994, estabeleceu quais são as exigências técnicas que uma balança deve ter para que possa vir a ser utilizada no procedimento de aferição do peso dos veículos que transitam pelas vias terrestres:

“1.2.1 - Este regulamento aplica-se a todos os instrumentos de pesagem não automáticos a seguir denominados 'instrumentos', segundo a finalidade de sua utilização. Esses instrumentos se distinguem para esse efeito em instrumentos empregados para:

- a) determinação da massa para transações comerciais;
- b) determinação da massa para o cálculo de pedágio, tarifa, imposto, prêmio, multa, remuneração, subsídio, taxa ou um tipo similar de pagamento;
- c) determinação da massa para aplicação de uma legislação ou de uma regulamentação, ou para perícias judiciais;

(...)

1.2.3 - Somente podem ser colocados à venda os instrumentos que possuam identificação da marca ou nome do fabricante e a carga máxima. Além disso, somente podem ser colocados em serviço, quando são utilizados para as finalidades previstas no item 1.2.1 acima, aqueles instrumentos que satisfazem as prescrições do presente regulamento; no caso do instrumento comportar ou estar conectado a instrumentos que não são utilizados para os fins acima mencionados, esses dispositivos não são submetidos às exigências deste regulamento.

(...)

4.14.6 - Visibilidade:

Todas as indicações primárias devem ser mostradas claramente e simultaneamente tanto para o vendedor como para o consumidor. Para os dispositivos digitais que mostram as indicações primárias, os números de cada conjunto devem ter as mesmas dimensões e pelo menos 10 mm de altura, com tolerância de 0,5 mm. Nos instrumentos a serem usados com pesos, o valor destes pesos deve ser claramente identificável”.

Dessa forma, conclui-se que não compete ao Estado definir os padrões técnicos que a balança rodoviária deve conter, já que é competência privativa da União, por meio do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, essa definição. E cabe ainda ao Inmetro a aprovação do seu modelo, o qual deve seguir os padrões definidos pela portaria acima transcrita.

É importante destacar que, nos termos do item 4.14.6 da portaria do Inmetro acima transcrito, já é exigido das balanças de pesagem de veículos nas vias terrestres, para facilitar a visibilidade, que as indicações primárias sejam mostradas clara e simultaneamente tanto para o vendedor como para o consumidor, ou seja, para o condutor e para o fiscal de trânsito.

A pesagem de veículos em balança que não respeite as normas técnicas do Inmetro não possui validade legal, sendo nula eventual autuação de trânsito nela fundada. Portanto, a pretensão trazida no projeto já é protegida pela legislação nacional, uma vez que já é um direito do condutor acompanhar a pesagem do veículo em balança que observe a exigência de disponibilização das informações sobre o peso, simultaneamente, ao fiscal e ao motorista.



Por fim, vale lembrar que, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 -, que visa, entre outros objetivos, à ação planejada e transparente da administração pública e à prevenção de riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, o momento exige reflexão sobre o papel da peça orçamentária como instrumento de planejamento das ações do governo, não se criando despesas que não poderão ser realizadas por falta de receita própria.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no capítulo que versa sobre a despesa pública, prevê que a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa deverão ser acompanhados:

- 1- de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- 2- de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 16).

Prevê, ainda, em seu art. 15, que serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou a assunção de obrigação que não atendam às exigências citadas no parágrafo anterior.

No caso em apreço, a proposição não veio acompanhada dos referidos itens exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que também reforça a sua inviabilidade jurídica.

Conclusão

Pelas razões expostas, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 585/2015.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Cristiano Silveira, relator - João Alberto - Isauro Calais.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 29/4/2015

O deputado Antônio Jorge* - Sr. Presidente e caríssimos pares, o que me traz à tribuna nesta tarde é fazer repercutir um assunto de plano nacional que talvez tenha passado despercebido pela maioria dos mineiros, mas que tem uma premência muito grande na agenda de Minas, principalmente se olharmos os fatos recentes do nosso cenário político, no embate do governo com a oposição nas questões do equilíbrio fiscal, do déficit, do atraso da aprovação do nosso orçamento e das várias reivindicações, nas diversas categorias profissionais, como a questão das dívidas dos estados. Aproveito a oportunidade para mais uma vez saudar a presença dos trabalhadores da saúde da Fhemig.

Trata-se de uma negociação em que, na última legislatura, esta Casa teve papel muito relevante. Na ocasião, o deputado Dinis Pinheiro, que presidia a Casa, liderou-a em conjunto com outras assembleias. Diria até, deputada Ione Pinheiro, a quem concederei aparte dentro de alguns minutos, que a nossa Assembleia teve importância capital na renegociação das dívidas do Estado. E ao fim e ao cabo, nem tudo que pretendíamos, para o correto equilíbrio, e para que a agiotagem oficial cessasse no relacionamento com estados e municípios por parte do governo federal, conseguimos, mas tivemos uma repactuação de indexadores da dívida pública dos estados.

Minas Gerais compromete, somente com pagamento de juros, algo em torno de R\$6.000.000.000,00 anuais, um orçamento e meio da saúde. E esse indexador será uma oportunidade de reescalonamento, senão no ativo, no principal da dívida, melhor dizendo, mas no compromisso de custeio, de liquidez dos estados para com a União. Mas, pasmem!, foi aprovado. A medida está em vigor, mas não está sendo cumprida. Aí o componente político que eu dizia que, aparentemente, está passando despercebido não só do estado político, deputado João Leite - V. Exa. que é tão atento ao debate nacional -, mas também do cidadão.

Vejam V. Exas.: o prefeito Haddad, da capital de São Paulo, pessoa íntima do núcleo duro do governo federal, do PT, por meio da sua procuradoria instruiu uma ação judicial contra a União para que cumpra a lei e o novo indexador. Deputado João Leite, para Minas isso significa R\$400.000.000,00 a menos por ano de comprometimento de custeio.

A deputada Ione Pinheiro, a quem concederei aparte, tomou a iniciativa correta de se dirigir ao nosso governador e questionar por que não estamos também pressionando o governo federal, já que o assunto recorrente é o déficit público.

A deputada Ione Pinheiro (em aparte)* - Boa tarde, presidente; boa tarde, deputado Antônio Jorge; boa tarde, colegas; boa tarde, plateia. Entrei com um requerimento porque, no final de novembro do ano passado, foi sancionada a Lei Complementar nº 148 pela presidenta da República. Por essa lei, é possível os estados e os municípios renegociarem suas dívidas com a União. Há aproximadamente um mês a prefeitura do Rio de Janeiro entrou na Justiça, apesar de essa lei estar em vigor - quero deixar isso bem claro -, e requereu que colocassem outro índice para o cálculo da dívida, conforme a lei determina. A dívida da prefeitura do Rio de Janeiro passou de R\$6.000.000.000,00 para R\$1.200.000.000,00. Interessante é que o prefeito é da base aliada da nossa presidenta. Semana passada o prefeito de São Paulo tomou a mesma atitude. Ele foi à Justiça requerendo a reavaliação da dívida.

Então, fico pensando: não está faltando dinheiro em Minas? Minas está sem recursos? Por que Minas está deixando isso e pagando como juros R\$400.000.000,00 por mês? Já seria uma economia de R\$1.500.000.000,00. Não sou eu, Ione Pinheiro, nem o Antônio Jorge que estamos falando; é o parecer do Tribunal de Contas, que está no *site* do Tribunal de Contas. Acho que nossos governantes, nossos administradores não se podem dar ao luxo de jogar esse dinheiro fora. Está faltando dinheiro para a saúde, está faltando dinheiro para a educação, está faltando dinheiro para a segurança, e nossos governadores cruzam os braços e não recorrem à Justiça para requerer esse benefício.

Então, presidente, eu gostaria que indagássemos ao governo, aos nossos administradores, ao secretário de Fazenda, ao procurador do Estado de Minas Gerais: por quê? Por que eles estão dando mais importância a essa amizade partidária ou a esse coleguismo, em vez de defenderem os mineiros? Vamos defendê-los em primeiro lugar.

Muito bonita a campanha da água, a campanha da Copasa. Cada gota conta, mas cada centavo também conta. O dinheiro também faz falta para trazer melhorias para o nosso povo. Obrigada, deputado.

O deputado Antônio Jorge* - Muito obrigado pela contribuição de V. Exa., deputada Ione Pinheiro.

Para ilustrar a magnitude do problema que está salientado aí, revelado pela renegociação das dívidas públicas, todos sabem que isso foi um arranjo ainda no primeiro governo Fernando Henrique e que o índice à época escolhido foi amplamente favorável aos devedores, municípios e estados, que aderiram a essa renegociação; todavia, com a estabilização da moeda, em períodos em que a inflação tomou um comportamento mais civilizado, a indexação se tornou muito maior do que a verdadeira correção monetária nos anos vindouros após o ajuste. Para se ter ideia, em 1988, o total dos empréstimos dos estados correspondia a R\$93.000.000.000,00, deputado Isauro Calais.

Em 2011, os estados já tinham pago R\$158.000.000.000,00, e a dívida, hoje, é de R\$423.000.000.000,00. Se isso não é agiotagem, seria o quê? Então, o governo Dilma, em face dessa grande pressão, insisto, liderada pela Assembleia de Minas, com as outras Assembleias do Brasil, conseguiu mudar uma coisa singela, que não atendeu a todos os pressupostos solicitados, mas houve uma mudança do indexador. Essa mudança do indexador está vigendo, já vamos para o quarto mês. Mês a mês, são recursos que continuamos gastando, existindo uma lei aprovada pelo governo federal, sancionada pela presidenta Dilma, que precisa ser posta em prática.

Insisto, em Minas Gerais quatro meses significarão R\$1.600.000.000,00 a menos de custeio com o pagamento dessa dívida. O Estado do Rio de Janeiro, que tem participação anual da dívida de R\$6.000.000.000,00, só com essa renegociação passou para R\$1.200.000.000,00.

Vejam que interessante: o governador Pezão foi signatário da campanha da presidenta nos dois turnos e foi o primeiro a entrar na Justiça. O segundo foi o Município de São Paulo, por intermédio do prefeito Haddad, que também é do PT. Portanto, oxalá não precisemos dos tribunais para resolver essa questão, mas do nosso governador, firme na defesa dos interesses de Minas e também pressionando. O que me chama atenção é que a deputada Ione fez um requerimento solicitando informação, e a Casa acabou recusando, e isso não faz sentido. Precisamos nos unir para cobrar do governo federal a imediata aplicação da lei e da mudança do indexador da dívida pública.

O deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Antônio Jorge, muito obrigado. V. Exa. se notabilizou em nosso estado, pela defesa da saúde da população e agora tem um papel fundamental nesta Casa para cobrar os avanços do nosso governo na área da saúde, sob sua orientação e seu comando.

É interessante, estou aqui com notícias de algo que lhe interessa muito: saneamento no Brasil. O PT gosta de dizer que saneamento não é saúde, que investimento em saneamento não é saúde. E eles estão cumprindo isso mesmo. Imaginem que as duas cidades governadas pelo PT em Minas Gerais, Ribeirão das Neves e Valadares, aparecem como as mais malposicionadas no *ranking* de tratamento de esgoto. No Brasil, todos os dias são produzidas mais de 5 mil piscinas olímpicas de esgoto, e não há investimento nenhum do governo federal, que virou as costas para estados e municípios.

Queria aproveitar este tempo também para falar de algo um pouco fora do assunto. Quero lamentar o fechamento do Palácio da Liberdade. Meu pai foi policial nesse palácio. Quando criança, eu visitava o Palácio, que sempre foi um lugar aberto à população. Agora o PT fecha o Palácio da Liberdade. Parece o Estado Islâmico, que sai quebrando a memória, as estátuas e os quadros. A memória de Minas Gerais está ali no Palácio da Liberdade, e o atual governo quer apagar a história e o que foi feito pelo governo anterior, que criou um museu para visitação. As pessoas que vêm a Belo Horizonte, meus amigos, querem ir ao Palácio da Liberdade, visitá-lo, visitar a Praça da Liberdade, mas o PT fechou: "Hoje não pode". O governador Pimentel quis um orçamento para chamá-lo de seu e agora ele tem um palácio só dele.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Quero apenas parabenizá-lo pelo pronunciamento. Ontem estive com a nossa assessoria e passei-lhe um para-casa: achar uma forma de nós, do bloco de oposição, entrarmos com uma ação semelhante ou que chegasse ao mesmo objetivo a que chegou o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, cobrando do governo federal a questão da dívida pública dos estados e dos municípios. No nosso caso, do Estado de Minas Gerais.

Já que temos um governador omisso quanto a essa questão, o Estado deve estar com muito dinheiro no bolso, vivendo com sobra de recursos, ele não está vendo necessidade de fazer esse questionamento. Por isso pedi a nossa assessoria que levantasse a melhor forma de nós, do bloco de oposição, questionarmos na Justiça a situação da dívida pública. Muito obrigado.

O deputado Antônio Jorge* - Obrigado, deputado.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Apenas gostaria de dizer que o Fernando Pimentel recebeu uma herança maldita. Uma parte dela é que, no dia da posse, no Palácio, tiveram que ficar controlando o número de pessoas que subiam, porque aquele piso estava ruindo. É esta a grande razão de terem proibido a visitação ao Palácio: necessidade de reforma. E quem denuncia são as pessoas do governo anterior que foram tiradas do cargo. No mínimo, isso nos levanta uma interrogação. Então acho que ele está fechado para reforma para que mantenham o patrimônio público em boas condições.

O deputado Antônio Jorge* - Agradeço a sua intervenção, deputado Durval Ângelo, mas gostaria muito, pela atual importância de V. Exa. no relacionamento desta Casa com o governo, pelo papel que ocupa, que considerasse o assunto da cobrança e da pressão dos mineiros sobre o governo federal para defender a imediata aplicação do indexador da dívida pública.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa* - Boa tarde a todos os senhores e as senhores. Queria cumprimentar o presidente desta reunião, deputado Hely Tarquínio; todos os deputados e deputadas presentes neste Plenário, deputados que com certeza representam muito bem todos os mineiros; o público presente nas galerias deste Plenário; e todos os telespectadores da TV Assembleia, TV criada e instituída, há alguns anos, pelo deputado Alencar e que vem sofrendo um grande processo de modernização para que os telespectadores dos quatro cantos de Minas Gerais possam, cada vez mais, ter uma televisão moderna, uma televisão que venha ao encontro das grandes redes nacionais.

Deputado Dalmo Ribeiro, começo este pronunciamento pegando uma deixa no que foi publicado nos jornais de circulação em nosso país ontem. Muitos fizeram questão de repetir, replicar a matéria do resultado da pesquisa mensal de emprego, que, para minha decepção - não vou dizer surpresa, porque era de se esperar, sobretudo da forma como o atual governo vem conduzindo o nosso país -, bateu os maiores índices, deputado Lafayette de Andrada, desde o ano de 2011. Isso quer dizer que o desemprego no nosso país, bandeira sempre levantada pelo partido do atual governador, o Pimentel do Vaccari e da presidenta da República, Dilma Rousseff, que sempre procuraram pautar seu discurso político em prol dos trabalhadores, infelizmente, na semana do dia 1º de maio, no Dia do Trabalhador, apresentou índices que mostram exatamente o contrário.

Por outro lado, quero dar o exemplo de uma cidade do Sul de Minas, governada por um prefeito do PSDB, partido do senador Aécio e do governador Anastasia, o mais querido, como diz o deputado João Leite, que quantas e quantas vezes - quero fazer esse adendo - foi discriminado e xingado por determinados parlamentares aqui neste Plenário. Refiro-me a uma cidadezinha no Sul de Minas, deputado Dalmo Ribeiro Silva, à minha querida Juruáia, onde na manhã de amanhã se inicia uma feira de *lingerie*. Essa cidade encontrou, deputado João Leite, a sua vocação. Essa cidade é administrada pelo prefeito Alvinho, que tem ao seu lado o vice-prefeito Rodrigo e outros tantos vereadores. Essa cidade encontrou sua vocação e hoje gera mais de 4 mil empregos diretos, deputados João Leite e Gustavo Valadares. A geração de emprego é quase igual à da fábrica da Fiat, que o Fernando Pimentel, do Vaccari, levou para Pernambuco, quando ele era ministro de Indústria e Comércio.

Essa cidade hoje é referência para todos os brasileiros como uma cidade que produz, como uma cidade que gera riqueza, que gera emprego, que gera impostos para o nosso estado. Tenho certeza de que também estarei presente, isso se Deus quiser, para participar da abertura da feira, ao lado da nossa presidenta da Aciju, Tânia Mara.

Há o oposto, volto a dizer. Enquanto as cidades governadofone deste Plenário afirmou que na legislatura passada tínhamos nesta Casa um bloco que se dizia Minas sem Censura. Quantas e quantas vezes o governador Aécio, o governador Anastasia foram atacados de forma equivocada, sobretudo, deputado Lafayette de Andrada, no lado pessoal. Quantas e quantas vezes determinados parlamentares subiam a esta tribuna para dizer que aquele governo manipulava a imprensa, não deixava sair as notícias da forma que deveriam sair.

Pergunto hoje, deputados Lafayette de Andrada e Gustavo Valadares, cadê o atual governo que proibiu a nossa rede, a nossa TV Minas de transmitir um programa que havia nas segundas-feiras à noite, para, nesse horário, transmitir discurso da presidente da República? Sabem o porquê disso, deputado Wander Borges? Porque o atual governo se sentiu criticado por aquela televisão, pela TV Cultura num determinado programa ou pelos jornalistas que ali estavam. Cadê o atual governo que censurou o Ballet Jovem, deputado Gustavo Valadares? Cadê o atual governo - e que me perdoe o líder do governo -, que fechou as portas do Palácio da Liberdade à visitação porque o chão está caindo? Realmente vem caindo há muitos anos, até porque a construção é de mil oitocentos e não sei quando. A reforma tem de ser feita, como os governos passados fizeram. Não, este governo fecha a exposição permanente, destrói a história de Minas, como destruiu a história de Minas Gerais, quando, em 21 de abril, deu a medalha a João Pedro Stédile, um homem que, com certeza, já prestou inúmeros serviços ao nosso país. Este parlamentar tem vergonha de ouvir os órgãos de imprensa dizerem que o governador de Minas, o Fernando Pimentel, do Vaccari, suja a história daqueles que construíram Minas Gerais, que trabalharam, que produziram, daqueles que geraram emprego, daqueles que geraram receita, ao contemplar aqueles que incentivam a baderna, a desordem, a invasão e a destruição.

Quem censura e suja a imagem de Minas é o atual governo. Deputado João Leite, antes de conceder aparte a V. Exa., quero dizer a cada um dos senhores e das senhoras que aqui se encontram e aos telespectadores da TV Assembleia que estão por toda Minas Gerais que amanhã, dia 30 de abril, o atual governo completará 120 dias de gestão e este parlamentar apresentará um requerimento, na condição de líder do Bloco Verdade e Coerência. Solicitarei que o atual governo publique e diga quais eventos oficiais ele teve em 120 dias. Ir ao Rio de Janeiro é evento oficial? Ele foi a Nova York também. Você sabe quais foram os dois eventos, deputado Antônio Jorge, que o governador de Minas teve até hoje? Ele fez seu discurso de posse e, posteriormente, em uma entrevista coletiva, fez críticas à gestão passada, e fez isso também quando foi a Montes Claros dar posse ao deputado Paulo Guedes. Meus senhores e minhas senhoras, o governo que iria dialogar com cada um de vocês está fazendo isso? Cadê as soluções que foram prometidas durante a campanha eleitoral? Este parlamentar quer saber de tudo isso. Este parlamentar respeita a democracia. Cadê aqueles parlamentares que cobravam o teto dos servidores da educação? Cadê aqueles parlamentares que defendiam os funcionários da saúde? Cadê o governo, meus amigos? Cadê a agenda oficial e os compromissos de campanha? Vamos cobrar tudo isso do governador.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado. Ainda bem que estamos numa democracia. Aqueles que não conseguem conviver com o contraditório querem calar a voz dos outros. Isso não nos incomoda. Ficamos acostumados há 12 anos. Quando assumimos o governo de Minas, o servidor público recebia em sete chamadas. Minha mãe recebia no dia 29 do mês. Com Aécio Neves, os servidores públicos passaram a receber até o 5º dia útil, e aí entraram esses que prometiam o piso nacional aos professores, prometiam descongelar carreira, e agora vão dar R\$40,00 de abono. Cortaram o vale-refeição do servidor público. Esse é o PT, essa é a verdade sobre o PT. É difícil ouvir isso, mas eles querem calar as pessoas. É impossível calar todo mundo. Vamos falar, é nosso direito.

Onde estão as promessas do Sr. Pimentel? Hoje temos 50% de aumento na conta de luz e também temos aumento na conta de água. O PT trouxe a inflação para o Brasil, o PT ama a inflação, o PT está deixando o servidor público numa situação terrível em Minas Gerais. O mais grave de tudo é a censura, é tentar calar as pessoas. Qual é a chance de nos calarmos? Não temos chance. Não adianta gritar, tem de doer em vocês mesmos. Esse partido traiu o povo brasileiro. Esse partido roubou o sonho do povo brasileiro. O povo brasileiro teve seu sonho roubado. Encontro as pessoas pelas ruas e vejo que a esperança dessas pessoas foi roubada pelo PT.

O PT roubou a esperança do povo brasileiro. Não temos medo, mas eles conseguem calar: tiraram o jornalista Márcio Doti, há 41 anos na Rádio Itatiaia; obrigaram que fosse mandado embora. Esse é o PT que roubou a esperança do povo brasileiro.

Vieram aqui querendo nos calar, mas não nos calam não. Vejam a saúde, abandonada pelo PT; vejam a Fhemig, ela está censurada, mas aqui pode falar. Vamos garantir a fala do servidor público, não vamos nos calar.

O deputado Gustavo Corrêa* - Deputado João Leite, agradeço a V. Exa.

Causa estranheza a este parlamentar - e considero saudáveis e democráticas as manifestações nas galerias - que determinados parlamentares que, na tarde de ontem, criticavam quem gritava nas galerias hoje aplaudam. Volto a dizer algo que deve ser permanente nos homens públicos: manter sempre a linha de coerência nas posturas e nas ideias. Quando nos convém, temos uma postura, mas, quando não nos convém, outra. Fui governo durante 12 anos, sempre estive aqui aceitando as críticas, como ainda aceito, e defendendo um governo porque acreditava, e acredito, ser o melhor para Minas. E espero que aqueles que aqui estarão nos próximos quatro anos saibam que as críticas virão, por isso dialoguem e trabalhem para mudar a vida dos mineiros em vez de roubar-lhes a ilusão, como tem sido feito.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, concedo aparte ao eminente líder da Minoria.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Está ali o secretário-geral da Mesa, Carlos Eduardo Navarro. Queria saber se há possibilidade de o painel mostrar, em uma metade, os deputados ao vivo aqui hoje e, na outra metade, os que estavam aqui no dia de ontem. Existem aqueles que ficam aqui, no Plenário, sob vaias e sob aplausos: o deputado Gustavo Corrêa, o deputado João Leite, o deputado Sargento Rodrigues e, do bloco de oposição, o deputado Dilzon Melo; e existem aqueles que só aparecem em Plenário quando alguns vêm aplaudi-los, não conseguem receber uma vaia sequer. Assim, pediria ao Sr. Carlos Eduardo Navarro para dividir o painel em dois. Estamos às 14h43min do dia 29 de abril; coloque metade com aqueles deputados que estavam aqui ontem e a outra metade com os que estão aqui agora. Nós, do bloco de oposição, estamos aqui sob vaia e sob aplauso. Procurem saber sobre os que ontem sumiram daqui porque receberam meia dúzia de vaias. Muito obrigado, deputado.

O deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para fazer aqui algumas reflexões importantes. Primeiro, quero solidarizar-me com os servidores da Fhemig que estão aqui em busca de uma solução e que foram, como tantos outros, iludidos pelo governo atual à época das eleições. Quero também me solidarizar com os servidores da educação, com o Sind-UTE, pelo luto em que estão. Está aí a camisa: "luto". E todos nós somos solidários a esse luto, pois foram todos enganados pelo governo atual à época das eleições.

Recordo-me muito das promessas do governo de Minas Gerais durante o período eleitoral, mas, na hora de votar o aumento dos servidores aqui, há cerca de 20 dias, o PT votou contra. Este é o luto: votaram contra. Basta puxarem a lista do resultado da votação, é oficial, é público, todos podem ver, está no *site* da Assembleia Legislativa.

Na votação da reforma administrativa, foi apresentada emenda querendo atribuir aos servidores da educação o mesmo índice de aumento que foi dado pelo governo federal: 13,1%. Os deputados do PT e do PMDB votaram contra a proposta. Essa é a realidade.

Não era esse o tema que queria trazer neste momento, Sr. Presidente. Falei sobre ele porque vi vários servidores de luto pela educação nas galerias e fiquei solidário à causa. Faço uma reflexão em referência ao episódio da Medalha da Inconfidência Mineira. Não tive oportunidade de fazer comentário diante daquela celeuma. Lamentavelmente, o governo de Minas decepcionou os mineiros e o povo brasileiro. Acho que o povo mineiro tem uma índole tranquila, o povo mineiro venera os homens que honram a história do Brasil e de Minas Gerais. Tiradentes, que já morreu, é o maior ícone da história mineira, o protomártir da Inconfidência. E justamente em sua homenagem foi criada a Medalha da Inconfidência como forma de reconhecimento das pessoas que prestaram relevantes serviços a Minas Gerais ou que têm grande importância no cenário nacional. O governo de Minas concedeu essa medalha a João Pedro Stédile. Quais grandes serviços esse homem concedeu ao Estado de Minas Gerais, além de incendiar e invadir propriedades? Muitos o chamam de bandido. Quais serviços relevantes ele concedeu ao Estado?

Indignados com essa posição do governo de Minas, o bloco da oposição protocolou na Assembleia um pedido para sustar a concessão dessa medalha. O Plenário será soberano, o Plenário é que decidirá. Os representantes do povo mineiro aqui reunidos decidirão se realmente João Pedro Stédile é merecedor ou não dessa honraria concedida pelo governador Pimentel.

Sr. Presidente, ontem foi feita uma questão de ordem sobre a tramitação do requerimento, assinado pelos deputados da oposição e protocolado na Secretaria-Geral da Mesa. Qual o destino dessa proposição, deputado João Leite? Ela já recebeu número? Está tramitando? Passará pelas comissões? Virá direto ao Plenário? Qual o destino do requerimento para sustar o projeto de resolução, para sustar a medalha? Ele foi apresentado semana passada, assinado por vários deputados, que aliás fizeram uma carta aberta ao povo mineiro. Passo a ler alguns trechos:

"Medalha da Inconfidência. A Medalha da Inconfidência é a mais alta comenda concedida pelo governo de Minas Gerais, que foi criada na gestão de Juscelino Kubitschek, no ano de 1952. Visa distinguir, com reconhecimento do mérito cívico, o cidadão que se destacar pela notoriedade de seu saber" - João Pedro Stédile é intelectual? -, "cultura e relevantes serviços prestados à coletividade mineira ou brasileira.

No último dia 21 de abril, em cerimônia oficial realizada na cidade de Ouro Preto, o governador Fernando Pimentel condecorou o líder do MST com a Grande Medalha da Inconfidência.

Ocorre que a sociedade mineira desconhece, ou melhor, não reconhece as razões dessa homenagem, haja vista a notória atuação do condecorado em ações de invasão de terras produtivas e destruição de laboratórios de pesquisa agropecuária, com anos de experimentos sendo destruídos, acarretando graves prejuízos para o desenvolvimento econômico e a pesquisa científica do nosso país.

Essas são as razões para a cassação do diploma. A maior parte da sociedade mineira repudia o agraciamento do Sr. João Pedro Stédile e requer a cassação do diploma alusivo a sua condecoração com a Grande Medalha da Inconfidência no ano de 2015.

Inicialmente, nota-se que o dirigente do MST não prestou nenhum serviço relevante à sociedade mineira ou brasileira, como também não possui nenhum mérito intelectual reconhecido para fazer jus à dita condecoração.

Assim, a outorga da Grande Medalha da Inconfidência a João Pedro Stédile não se coaduna com a finalidade para a qual foi criada, o que, por si só, recomenda a cassação do referido diploma concedido.

E mais, o condecorado não possui a necessária idoneidade moral para receber dita distinção, tão importante e tão cara para o povo mineiro."



Sr. Presidente, esse é um trecho da carta aberta que os deputados da oposição publicaram por ocasião da concessão da medalha a João Pedro Stédile.

O deputado Durval Ângelo às vezes se exacerba e resolve ofender o orador, mas isso não é o que está em debate aqui, Sr. Presidente. O que está em debate é a condecoração a João Pedro Stédile feita pelo governador Pimentel.

Quero apenas informar que, quando fui chamado a esta tribuna, lá do solo o deputado Arlen Santiago já havia perguntado se eu lhe concederia aparte. Eu lhe disse que concederia certamente.

Mas quero concluir meu raciocínio. O conjunto do povo mineiro abomina essa condecoração. Ela não faz jus às altas tradições do povo mineiro. Minas Gerais é um Estado que preza a liberdade. Minas Gerais é um Estado que preza a democracia. Minas Gerais é um Estado que preza o patriotismo e não essas pessoas que vão para países vizinhos treinar seus liderados para lutar contra os brasileiros. Não é isso que Minas Gerais preza.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Gostaria de parabenizar dois funcionários do Hospital Alberto Cavalcanti: Marcelino Jonas e Alice Miranda, do comando de greve. São funcionários dessa instituição há mais de 20 anos. Foram surpreendidos, proibidos de entrar no local e organizar a greve. Tentaram humilhar os sindicalistas com essa atitude. É claro que eles resistiram e não obedeceram.

Parece que virou uma mania a direção atual da Fhemig pedir escolta da PM contra os funcionários que estão lá fazendo o melhor pronto-socorro do Brasil. Parabéns aos funcionários da Fhemig. Parabéns.

No dia 19 de abril, deputado Lafayette de Andrada, puseram os diretores para conversar com os coitados dos funcionários. Entraram e então pediram polícia para os funcionários.

Meus amigos, isso é um absurdo. Hoje quero dizer: Marcelino Jonas e Alice Miranda, vocês não estão sozinhos, vocês não serão humilhados.

No dia 13 de maio, às 15 horas, queremos todos os funcionários da Fhemig aqui, pois eles terão direito a voz na audiência pública que a Comissão de Saúde aprovou. Será dia 13, às 15 horas.

No dia 20, às 15 horas, será a vez dos funcionários da educação, pois não estão pagando o que descontam deles para o Ipsemg. Os hospitais já pararam de atender a quem paga. Fizemos um requerimento pedindo que o governador revogue o decreto para que o dinheiro do Ipsemg, que é dos funcionários do Ipsemg, fique lá. Dia 20, às 15 horas, Ipsemg. Dia 13, Fhemig.

O deputado Lafayette de Andrada* - Meu tempo está terminando, mas quero dizer que seguimos firmes com os servidores da Fhemig. Contem conosco. A Assembleia será sempre uma trincheira de luta para defendê-los. Sabemos que o governo atual enganou os servidores, prometeu, ludibriou, e esse é o resultado que aí está: polícia em cima dos servidores, mas não vamos admitir isso. O deputado Arlen Santiago, da Comissão de Saúde, de maneira brava, está convocando uma audiência pública e vocês serão ouvidos, terão voz. Aqui os senhores terão voz para falar tudo o que querem sobre o que está acontecendo na Fhemig.

Sr. Presidente, sou extremamente solidário à causa da educação. Eles são um outro grupo de servidores que também foi enganado pelo governo atual e estão aqui com camisas de luto. Somos solidários ao luto dos servidores da educação que estão para entrar em greve porque, mais uma vez, foram enganados pelo PT, enganados pelo governador Pimentel. Sr. Presidente, muito obrigado. Eram essas as minhas palavras.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva* - Sr. Presidente, nobres deputados que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, primeiramente quero fazer um registro em atenção ao nobre colega, deputado Emidinho Madeira. Quero estender um convite para a audiência pública para desenvolvimento da cafeicultura, que irá se realizar amanhã, às 13 horas, na cidade de Nova Resende. O deputado Emidinho Madeira é um grande defensor da causa da cafeicultura em Minas Gerais e convida a todos para participar dessa audiência pública na cidade de Nova Resende.

Caro líder Rogério Correia e caro líder Durval Ângelo, aproveito a razão de estar aqui hoje, principalmente compondo o PR, que faz parte do bloco do governo, para dizer que temos procurado contribuir com esse governo que se inicia, contribuir para o trabalho do governador Fernando Pimentel, que, acreditamos, irá trazer um desenvolvimento ainda maior para Minas Gerais.

Mas não poderia deixar de trazer aqui questões que me preocupam, caro líder Rogério Correia, que dizem respeito diretamente à região do Baixo Vale do Rio Grande, onde tenho origem e base de trabalho. As cidades de Frutal, Iturama, Itapagipe, São Francisco de Sales, Planura, Fronteira, enfim, toda a região do Baixo Vale vem sofrendo há muito tempo algo gravíssimo que diz respeito à MG-255, rodovia estadual, que liga Frutal a Iturama. É uma rodovia que liga o Estado de Minas Gerais ao Estado do Mato Grosso e é muito utilizada para o escoamento da nossa produção. Não me restou alternativa, depois de esgotar todas as vias que temos a nosso alcance no mandato parlamentar. Líder Rogério, desde o dia 15 de janeiro, estive acompanhado do deputado federal Aelton Freitas, grande parceiro do PR, preocupado com a questão do Baixo Vale, e levamos o conhecimento da situação gravíssima dessa rodovia estadual ao secretário de Estado, Murilo Valadares, que também se prontificou e chamou à reunião o Dr. Célio, diretor do DER.

Do dia 15 de janeiro até hoje quase nada foi feito naquela rodovia estadual. Tenho certeza de que nosso governador não tem ciência do que está acontecendo ali. São vários os acidentes, quase diários, que acontecem naquela rodovia. Ônibus estão sendo assaltados naquele trecho, em virtude dos buracos, da dificuldade de trafegar. A produção está comprometida; as usinas de açúcar e álcool estão tendo grande dificuldade de escoamento de sua produção. Até quero fazer um registro: que seja mantido o sistema de PPPs utilizado para a manutenção, para o recapeamento das nossas rodovias, principalmente na parceria com as usinas de açúcar e álcool, que já se prontificaram, na nossa região do Baixo Vale, a atender essa situação caótica da MG-255.

O que me preocupa muito, meu caro líder, é que estamos aqui para colaborar, para ajudar, para auxiliar, para fazer o nosso trabalho de parlamentar, mas, ao mesmo tempo, para voltar os olhos para nossa região. O que temos sentido, infelizmente, é que talvez nossa voz não esteja chegando ao governador do Estado. Gostaria aqui, de público, deputado Rogério Correia, que se levasse essa mensagem ao nosso governador, porque tenho certeza de que ele não está tendo conhecimento dessa situação em relação à MG-255, que precisa urgentemente pelo menos de uma operação tapa-buraco. No dia 15 de janeiro foi dito que em 15 dias isso seria resolvido.



Passaram-se os 15 dias, levei isso ao seu conhecimento, passaram-se mais 10 dias, e novamente estivemos na presença do Dr. Célio, diretor do DER, que nos disse que na semana seguinte seria providenciado. Não vou dizer que não foi feito nada, alguns caminhões chegaram com um pouco de massa asfáltica, mas é um caminhão ou outro. Numa estrada que tem 140km, não foi realizada a operação tapa-buraco em mais de 30km. Tenho certeza de que esse governo se sensibilizará e atenderá essa nossa solicitação. É muito importante a atenção dada a essa rodovia, à MG-255.

Quero trazer aqui também uma outra situação da cidade de Frutal. Havia um núcleo de atendimento rural, que os produtores rurais da região procuravam para questões do IEF, do IMA. Eram questões muito simples, desde o registro de uma motosserra a questões para o dia a dia dessa classe da agricultura, que é tão sofrida, não só em Minas Gerais mas em todo o País. Esse núcleo foi retirado de um dia para o outro sem nenhuma comunicação, sem nenhuma justificativa.

Por último, quero trazer aqui a nossa preocupação em relação ao Hidroex na cidade de Frutal. O Hidroex é um instituto voltado para pesquisa de recursos hídricos. Ele tem o reconhecimento da Unesco, tem uma estrutura física a ser concluída, obras a serem construídas. Não vamos admitir, caro líder, que sequer se venha a pensar na retirada do Hidroex de Frutal. Admitimos a discussão, o debate, admitimos reformular, repensar o que for necessário para melhorar e para aperfeiçoar. Mas retirá-lo de lá não vamos admitir, em hipótese alguma. Queremos aqui exercer essa representação política da nossa região.

Vamos esquecer o olhar para trás, o olhar para o retrovisor. Temos de olhar para frente, Minas precisa do desenvolvimento. O que estamos precisando, pelo que o Triângulo Mineiro clama, é que se dê atenção na medida e na proporção dos votos que foram dados ao governador Fernando Pimentel, porque o Triângulo esteve unido, marchou unido nessa campanha. E com o Baixo Vale não foi diferente, demos uma votação significativa ao governador Fernando Pimentel. Volto a fazer a ressalva aqui: não tenho dúvida nenhuma de que, pela experiência, pela história do governador, pela sua história política e vida pública, ele atenderá com carinho a nossa região do Baixo Vale.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* - Obrigado, deputado Arnaldo Silva. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. por pautar os assuntos do Triângulo Mineiro de maneira concreta, reivindicando o que o povo merece e precisa. É óbvio que, sendo V. Exa. um deputado que representa essa região, não pode se silenciar com os problemas que existem. Quanto à MG-255, sou testemunha de que desde o início V. Exa. me procurou para que eu entrasse em contato com o governo para uma solução mais rápida. Fico pesaroso por isso não ter sido resolvido ainda na sua essência, embora V. Exa. tenha dito que alguma coisa foi feita. Mas é preciso resolver esse problema por inteiro. Continuo à disposição de V. Exa. para buscar a solução. Tenho certeza de que o governador Pimentel também assim deseja.

Assim também digo em relação às outras regiões cujo desenvolvimento V. Exa. defende. A preocupação do governo é exatamente essa. Nós, para acelerarmos as reivindicações, fizemos, durante 100 dias, um diagnóstico do quadro do Estado. V. Exa. acompanhou tudo. O governo passado tinha um lema chamado choque de gestão. Descobrimos que só havia o choque, não havia a gestão. O Estado de Minas Gerais não apresenta gestão em absolutamente nada. Cada questão que vamos resolvendo, vamos descobrindo que não havia nada encaminhado para solução. Um exemplo é a educação - há alguns professores presentes aqui hoje, porque está havendo assembleia, que sabem disso. O caos deixado na educação é impressionante. Professor não é bobo, não adianta vir aqui gente do governo passado fazer demagogia, dizer que iam resolver tudo no passado. Os professores, durante 12 anos, viram o que aconteceu.

Hoje será apresentada mais uma proposta, fruto de uma negociação que está avançando. O compromisso do governador Fernando Pimentel é pagar o piso com a carreira. Hoje os professores vão receber uma proposta melhor do que a outra. Claro que ainda não é o ideal: pagar todo o piso de uma só vez na carreira. Se conseguíssemos isso, seria um milagre, porque o quadro que os tucanos deixaram no Estado é um absurdo. Mas os professores podem ficar tranquilos, eles não serão espancados pela Polícia Militar, como a polícia tuca está fazendo no Paraná, nem serão espancados pela polícia como está sendo feito em São Paulo, pela polícia tuca de Geraldo Alckmin.

O tratamento que o PSDB deu aos professores, roubando o dinheiro do Funpemp, arrojando salário, não acontecerá. Queremos cada vez mais melhorar a proposta. Tenho certeza de que a proposta de hoje será melhor. Nós mesmos ajudamos a bancada, numa reunião entre o governo e a diretoria do Sind-UTE. A negociação vai continuar. Vamos corrigir a paridade dos aposentados. Vocês vão ouvir esse anúncio na assembleia. Então, o tratamento de choque dado pelos tucanos para eletrocutar o servidor público não acontecerá.

Quero dizer aos companheiros da Asthemg que estão aqui que ontem participamos de uma reunião e que melhorou bastante a proposta feita a eles. Agora estamos negociando os dias parados. Claro que problemas existem, porque existiam, como existe no Triângulo Mineiro. O bom governo é aquele que reconhece o problema e quer resolvê-lo. Nós reconhecemos que era mentira dos tucanos dizer que pagavam o piso. Eles nunca pagaram o piso. Isso era uma mentira. Nós vamos começar a pagar o piso, mesmo que não seja de uma vez. Muito obrigado.

O deputado Arnaldo Silva* - Muito obrigado, líder Rogério Correia. Tenha a convicção de que empenhamos nosso apoio e acreditamos que, sem dúvida nenhuma, esse governo trará muitos benefícios para o nosso estado. Compreendemos que é um governo que se inicia e que tem dificuldades a enfrentar. A máquina do Estado é grande, o Estado tem suas dificuldades. Estamos aqui também para compreender essa situação. O nosso papel de parlamentar é trazer aqui as situações que se agravam, a cobrança que sentimos na nossa região.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte) - Deputado Arnaldo, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exa. exerce. O alerta que V. Exa. faz ao governador é muito pertinente. Almoçava com o Sr. José Afonso Bicalho, nosso secretário de finanças, que anunciou que está resolvendo a situação da liberação do recurso para retomar a manutenção das estradas em todo o nosso estado.

É, sem dúvida, um problema muito pertinente, em vários cantos do nosso estado o governo tem recebido o alerta da situação. Mas, obviamente, como V. Exa. ressaltou, é consequência de pegarmos o Estado com um endividamento muito grande, com essa pendência



da grande maioria, senão absoluta totalidade, das empresas que prestavam esse serviço, que desde o ano passado não recebiam nenhuma das medições. Foi um acúmulo, que o governo resolverá. E vai resolver o que o outro governo não foi capaz de pagar, e agora, de forma imediata, está anunciando - saiu desta reunião conosco para tocar isso, atrasou um pouco o primeiro anúncio feito, mas está sendo resolvido agora.

E a notícia que o nosso líder Rogério Correia deu também vem nesse sentido, o governo está dando soluções, está reconhecendo o que não foi feito, está se abrindo ao diálogo cada vez mais. É a forma como vamos governar ao longo desses quatro anos. Estamos completando nesta semana quatro meses de governo, e não vamos ficar aqui amassando barro, jogando pedra no passado, mas reconhecer como estava e o que estamos mudando é importante para sinalizar para a sociedade mineira, que acreditou, que apostou na mudança, que estamos vivendo novos tempos em Minas Gerais, com diálogo, transparência, apontando o que é possível e oferecendo caminhos. Como no caso dos professores, vamos ter grandes avanços neste ano, mas ao longo deste governo, nos próximos anos, vamos, de fato, reconquistar tudo o que nossos professores tanto queriam.

Parabéns a V. Exa. por cobrar isso de forma natural e legítima como deputado, mas ao mesmo tempo reconhecendo que o governo, no seu tempo, está dando as respostas diante dos compromissos que assumiu com os mineiros. Obrigado.

O deputado Arnaldo Silva* - Agradeço ao deputado Ulysses, nosso secretário, a colaboração neste debate. Estamos aqui exercendo esse papel de alertar e trazer essas informações, e que os olhos do governo do Estado se voltem para a nossa região do Baixo Vale, do Triângulo Mineiro, região que tanto contribui com o Estado de Minas Gerais em produtividade, em trabalho, em desenvolvimento. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire - Sr. Presidente, caros colegas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, é uma felicidade estar aqui mais uma vez. Infelizmente, da última vez não pudemos expressar as nossas opiniões, houve na galeria um debate intenso. Mas faz parte do jogo democrático. Naquele momento eu vim debater algumas questões emergenciais do Vale do Jequitinhonha no que tange às nossas estradas, ao transporte de eucalipto, mas não tivemos condições.

Sr. Presidente, nos últimos dias foram intensos os debates nesta Casa, de maneira até raivosa por alguns, questionando a indicação de medalha, a meu ver, a um grande líder, um grande defensor da causa da reforma agrária. Venho andando por este estado durante a minha campanha, a pré-campanha e agora como deputado, e fiz muita questão de frequentar os assentamentos e acampamentos. Conheci Terra Prometida, na cidade de Felisburgo, região que sofreu muito com o massacre há alguns anos.

Conheci Aruega, na cidade de Novo Cruzeiro, conheci Terra Prometida, o Acampamento Franco Duarte, o Acampamento Professor Mário Osan. Em todos esses acampamentos e assentamentos vi a produção fantástica que o povo fazia na região. Em algumas cidades, no caso de Novo Cruzeiro, o Acampamento Nova Vida é um dos grandes responsáveis pela alimentação, pela agricultura familiar na cidade, principalmente no que diz respeito à produção de feijão e milho.

Então, quando se fala que o MST, o movimento dos que lutam pela terra, não merece essa medalha, isso me deixa triste. A medalha não foi dada simplesmente a um líder, mas foi um reconhecimento a toda uma causa. Ao se agradecer esse grande líder, estão também se agradecendo os movimentos sociais deste estado, por que não dizer, deste país, que tanto fazem pelos mais pequenos.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Deputado Doutor Jean Freire, apesar de achar que essa temática, esse debate sobre a homenagem a João Pedro Stédile está suficientemente esclarecido, apesar da insistência de alguns colegas de que seja necessário, já apresentamos aqui, na compreensão do momento histórico que se concede a medalha aos homenageados, se for feito juízo de mérito, precisaremos rever uma série de medalhas e homenagens que aqui foram feitas. Prefiro olhar para a frente, prefiro dizer que a homenagem que fizemos teve simbolismo importante.

O que a gente ainda não falou aqui, deputado Doutor Jean Freire, foi da impressão de João Pedro Stédile sobre a homenagem, o que diz o homenageado. Apresento aqui o que foi publicado no *site* do MST, em que o próprio escreve um artigo e fala das suas impressões. Ele diz:

“Fui agraciado no último dia 21 de abril com a Medalha da Inconfidência, entregue pelo governador Fernando Pimentel, na Praça de Ouro Preto, em Minas Gerais, em nome do povo mineiro. A distinção não foi uma homenagem pessoal. Considero que é um reconhecimento a todos os lutadores sociais dos movimentos populares mineiros e do Brasil que lutam todos os dias pelos ideais de Tiradentes. E, mais que uma homenagem, renova o compromisso com aqueles ideais. Tiradentes lutou contra a evasão de nossas riquezas saqueadas pela metrópole, lutou contra a escravidão, pela República e pela democracia. Nada mais atual, depois de mais de 200 anos.

No seu tempo a evasão de riquezas era feita de carroça e navio. Agora, o capital transporta bilhões de toneladas de minérios via minerodutos, exaurindo inclusive a água potável que falta na periferia de Belo Horizonte. E também querem colocar as garras sobre o nosso petróleo, com a clara campanha de privatização do petróleo e da Petrobras, que conta até com projetos de lei dos tucanos no Senado.

Todos os anos a Polícia Federal liberta em redor de mil trabalhadores escravizados no campo. Os fazendeiros recebem algumas multas, mas nenhuma punição real, como manda a Constituição, que prevê inclusive a expropriação das fazendas. Em Minas Gerais, um fazendeiro de Unai mandou matar três fiscais do Ministério do Trabalho que fiscalizavam trabalho escravo em sua 'moderna' fazenda. Tudo segue impune. Em Felisburgo, outro fazendeiro participou de uma chacina que matou cinco trabalhadores rurais sem terra. Um júri popular o condenou a 220 anos de prisão, mas ele está solto, esperando apelações judiciais em liberdade.

O sonho de Tiradentes era um regime republicano, em que todo poder emanasse do povo e por ele se organizassem os Três Poderes, de forma autônoma. Hoje, apenas 10 empresas sequestraram a democracia e elegeram 70% dos parlamentares. O Poder Judiciário ainda não é republicano e ninguém o controla, ao ponto que na mais alta corte o ministro Gilmar Mendes interrompe um julgamento cuja questão já está decidida por 6 votos a 1, e há um ano não devolve o parecer. E ninguém pode fazer nada.

Pior, agora temos um novo e mais poderoso poder, que não só não emana do povo, mas age contra ele: a mídia burguesa.



Há um monopólio vergonhoso, em que os proprietários desses meios, além de enviarem seus lucros para contas secretas na Suíça, fazem o que querem. Dizem o que é certo ou errado e induzem juízes a julgamento prévio.

Não haverá democracia no Brasil sem a reforma dos meios de comunicação que garanta ao povo brasileiro o acesso a informações de forma igualitária e sem os interesses do poder econômico.

A democracia sonhada por Tiradentes ainda é uma hipocrisia, pois confundem democracia apenas com o direito de ir às urnas a cada dois anos. As eleições são necessárias e fazem parte do processo. No entanto, uma sociedade democrática se mede pelo grau de igualdade de direitos e oportunidades a todos seus cidadãos, sem distinção. Mas, infelizmente, o Brasil continua sendo uma das sociedades mais desiguais do mundo. A concentração da riqueza e da terra continua cada vez maior, nas mãos de apenas 1% de ricos.”

Aí, deputado Jean, poderia terminar o artigo, mas acredito que aqui o homenageado João Pedro, por suas convicções, pelo que pensa sobre o nosso país e pela sua trajetória de luta, deixa bem claro que o governador Fernando Pimentel fez uma homenagem acertada ao movimento popular e a um grito ainda de um País mais justo.

Aproveitando o aparte de V. Exa., quero tecer aqui um comentário sobre a fala de um parlamentar ontem, referente ao Sr. Miguel Correa, secretário de Ciência e Tecnologia, e a HidroEx. Primeiro, o secretário tem uma posição clara, favorável e de grande compreensão da importância da HidroEx nas pesquisas sobre a água no nosso estado.

A crítica que se tem é sobre a Cidade das Águas, deputado Jean, que, em Frutal, gastou um volume astronômico de recursos dos cofres públicos. Ali foi instalado todo o aparato para que também se produzissem pesquisas. Para que V. Exa. tenha ideia, em seus 350 dormitórios podem ser recebidos até 700 pesquisadores por vez. Agora, se passaram por ali 40, foi muito.

Em todo recurso gasto na Cidade das Águas, poderiam, inclusive, ter feito investimento para tratar a questão de fornecimento de água do Rio Manso, que abasteceria e resolveria o problema da escassez de água que herdamos para toda a região metropolitana de Belo Horizonte.

Não há crítica sobre a HidroEx. Ela cumprirá seu papel neste governo. No entanto, há uma crítica à questão da Cidade das Águas instalada em Frutal, no nosso entendimento, por um interesse político específico de quem comandava a pasta à época.

Portanto, deputado Doutor Jean, preciso fazer essa defesa ao nosso secretário Miguel para que não haja confusão do seu compromisso e da sua visão do que deve ser feito em termos de pesquisa de água para Minas Gerais, a fim de não voltarmos a passar a escassez pela qual estamos passando e que é uma das heranças que estamos tendo para este governo.

O deputado Doutor Jean Freire - Obrigado, deputado Cristiano Silveira, que, mais uma vez e sempre, está colaborando e promovendo intervenções que fazem aumentar este debate. V. Exa., deputado Cristiano, tocou num ponto muito interessante sobre a questão das águas. Só queria relembrar, deputado Cristiano, que venho de uma região onde aprendemos a conviver com a falta de água. Numa coisa temos de concordar. Insistem tanto em dizer que passaram este estado enxuto. Realmente o passaram muito enxuto: com falta d'água.

O deputado Professor Neivaldo (em aparte) - Às vezes é até redundante, deputado Doutor Jean, mas temos aqui de ficar esclarecendo alguns fatos o tempo todo. Alguns deputados vêm aqui e expõem os problemas como se estivéssemos há 12 anos neste governo. Como foi dito hoje aqui, o governo Pimentel completará 120 dias e, nesse tempo, tem procurado realmente solucionar a bomba ou a herança maldita que foi deixada para este governo. Hoje temos uma paralisação da rede estadual. Alguns profissionais de educação estão aqui e sabem certamente quem realmente está ao lado deles e quem os põs na situação lastimável em que se encontram. Os trabalhadores de educação ficaram sem planos de cargos e carreira, sem piso salarial profissional nacional, sem Ipsemg. Esses profissionais estão doentes, com a síndrome de Burnout. Infelizmente, essa é a situação. O governo Pimentel tem buscado solucioná-la e obter uma resposta juntamente com o Sind-UTE.

Hoje estive reunido com o deputado Rogério Correia e o deputado Paulo Lamac durante três horas: o governo, nós, deputados, e o Sind-UTE, buscando uma resposta para essa situação, apresentando uma proposta que satisfaça a categoria, em que haja paridade entre trabalhadores ativos e aposentados.

Então, realmente essa é uma questão que temos buscado. No governo passado, para o Sind-UTE dialogar com o governo tinha de fazer greve, senão não dialogava. Hoje o governo recebe as pessoas, dialoga e, não só isso, também apresenta propostas. Estou aqui com as propostas feitas pelo governo, mas infelizmente não poderei citá-las. Certamente a presidenta Beatriz falará sobre elas.

Para terminar, mais uma vez gostaria de dizer que Tiradentes morreu enforcado porque era considerado bandido, como Stédile tem sido, pela burguesia, pelos conservadores. Volto a repetir: não há quem mereça mais essa medalha do que o Stédile. Se hoje Tiradentes estivesse aqui, com certeza seria companheiro do MST, dos menos favorecidos, daquelas pessoas que lutam por seus direitos. Muito obrigado, Dr. Jean.

O deputado Doutor Jean Freire - Obrigado, deputado Professor Neivaldo, hoje, enquanto vocês estavam assentados com o pessoal da educação, eu estava com o pessoal da saúde. É interessante o que uma servidora da saúde me disse: “Doutor Jean, no ano passado, no outro governo, estávamos na galeria gritando o nome deles, mas eles nem olhavam para nós. Agora nem precisa gritar o nome, que eles já olham para nós”. Perguntei a ela: “E eles intermediavam a negociação?”. Ela me disse: “Não, quem intermediava era a oposição”. Agora, quem está fazendo a intermediação somos nós, que estamos no governo. Então, faço isso com muita alegria e muita satisfação para tentar intermediar e chegar a um denominador comum. Fico feliz em saber que ali fora está cheio de professores, os profissionais de saúde estão ali, para que vocês realmente vejam quem está defendendo vocês. Usarei uma fala do deputado Rogério Correia que diz muito bem: “Prestem atenção em quem está jogando uma folha de bananeira para não deixar vocês afundarem”.

Para terminar, Sr. Presidente, só gostaria de dizer ao Cristiano o seguinte: também fui um dos homenageados com a medalha, assim como V. Exa., e fiquei muito feliz de estar lá com os meus filhos. Primeiro, eles queriam conhecer e fotografar a cidade de Ouro Preto, por onde Tiradentes andou. Também mostrei a eles quem era aquele homem que estava recebendo a medalha naquele dia. A minha filha perguntou quem ele era, fiquei muito feliz e fiz questão de fotografar com eles aquele grande lutador, que defende os trabalhadores, os agricultores e as causas pela terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discurso Proferido em 5/5/2015

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas cumprimentar os servidores. Na verdade, é uma pequena reposição salarial. No acordo firmado entre o bloco da oposição e o bloco da base do governo, composto pelo bloco independente da base do governo e a base do governo, estaremos votando favoravelmente. Nossos servidores são merecedores desse reconhecimento.

Quero, presidente, parabenizar V. Exa. pela rapidez, pela sensatez e, acima de tudo, pela firmeza, ao conduzir os trabalhos nesta Casa. Parabéns a V. Exa. e a todos os servidores do Legislativo. Muito obrigado, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Celinho do Sinttrocel

exonerando Simone Abuid Moreira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Anderson Alves da Cruz para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Simone Abuid Moreira para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Andrade

exonerando Adriano de Castro Antônio do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rogério Correia

exonerando Sandro Gonçalves de Abreu do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Sander Cícero Ulhôa Almeida para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Sandro Gonçalves de Abreu para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas.

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando Andre Luiz Moreira Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Bricia Papa Alcântara do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Carolina dos Santos Souza do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando Eliane de Oliveira Monteiro do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando Grazielli Luzia Magalhães Nascimento Martins do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;

exonerando Larissa Oliveira Monteiro do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Eliane de Oliveira Monteiro para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Grazielli Luzia Magalhães Nascimento Martins para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;

nomeando Henrique Luis Vieira Muzzi para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

nomeando Tatiana Alves Eugenio para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/06/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.154, de 30/12/1994, 5.179, de 23/12/1997, 5.203, de 19/3/2002, e das Deliberações da Mesa nºs 2.384, de 19/12/2006, 1.509, de 7/1/1998, 1.576, de 15/12/1998, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Danielle Machado Rezende Cosso Gomes do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

exonerando Rosângela Ferreira Saraiva do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Samila Quaresma Rodrigues do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Danielle Machado Rezende Cosso Gomes para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Ludimila Antunes Campos para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Maria Vânia de Freitas Rodrigues para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Samila Quaresma Rodrigues para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Sayhonara Araújo Ferreira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Rosângela Ferreira Saraiva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;



exonerando Janaína Bandeira de Oliveira Silva Neto do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor.

Nos termos das Resoluções n°s 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa n° 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Ludimila Antunes Campos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

exonerando Sayhonara Araújo Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Antônio Teodoro Mendes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Janaína Bandeira de Oliveira Silva Neto para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Maria Elisa Vilas Boas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

TERMO DE AFETAÇÃO N° 75/2015

Cedente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Professor Patrício Paes de Carvalho. Objeto: afetação patrimonial de 150 cadeiras. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, conforme lei federal.



ERRATA

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/5/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/5/2015, na pág. 47, no título, onde se lê:

“8ª”, leia-se:

“9ª”.